

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

2018/2019



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

**O PAPEL DO BRASIL NO DESENVOLVIMENTO DE UM
PENSAMENTO COMUM EM SEGURANÇA E DEFESA NA COMUNIDADE
DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA.**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Flávio Luiz Lopes dos Prazeres
TENENTE-CORONEL DE INFANTARIA (BRASIL)**



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

**O PAPEL DO BRASIL NO DESENVOLVIMENTO DE UM
PENSAMENTO COMUM EM SEGURANÇA E DEFESA NA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

TCOR INF (BRA) Flávio Luiz Lopes dos Prazeres

Trabalho de Investigação Individual do CEMC

Pedrouços 2019



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

**O PAPEL DO BRASIL NO DESENVOLVIMENTO DE UM
PENSAMENTO COMUM EM SEGURANÇA E DEFESA NA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

TCOR INF (BRA) Flávio Luiz Lopes dos Prazeres

Trabalho de Investigação Individual do CEMC

Orientador: TCor EXE Pedro Alexandre Bretes Amador

Pedrouços 2019



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Flávio Luiz Lopes dos Prazeres**, declaro por minha honra que o documento intitulado O papel do Brasil no desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **Curso de Estado-Maior Conjunto 2018/2019** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 13 de maio de 2019

TCOR INF Flávio Luiz Lopes dos Prazeres



Agradecimentos

Neste momento de término de ciclo é fundamental externar os sinceros agradecimentos às pessoas que contribuíram nesta caminhada. Primeiramente, agradeço a Deus, pelo dom da vida. À minha amada esposa Daniela e aos meus filhos Isabella e Heitor, que são a razão de minha existência, enchendo cada momento de alegria e felicidade, apoiando-me incondicionalmente, mesmo quando este trabalho tornou-se prioridade em detrimento de nossas horas juntos.

Aos meus pais, Luiz e Maria de Lourdes pelo exemplo de vida digna e honrada e firmes princípios de caráter que moldaram em seus filhos.

Ao amigo e orientador TCor Pedro Alexandre Bretes Amdor, que de forma objetiva, segura e inteligente orientou meus passos nesse desafio, disponibilizando tempo, inclusive de horas de seu descanso, para que essa investigação fosse concretizada.

Agradeço às autoridades que me concederam as entrevistas e que foram essenciais para as principais ideias deste trabalho, nomeadamente: Tenente-Coronel Luís Manuel Brás Bernardino, Doutor João Pedro Saldanha Serra, Doutor Armando Marques Guedes, Doutor Tássio Franchi e o Embaixador Gonçalo Mello Mourão. Suas colaborações fundamentaram a minha pesquisa e me conduziram aos resultados esperados.

Agradeço a todos auditores concludentes do Curso de Estado-Maior Conjunto 2018/2019, que de alguma forma contribuíram para a conclusão deste trabalho. Destaque especial faço ao camarada Major GNR Miguel Amorim pela sua grande amizade e acurada revisão desta obra. Ainda assim, não posso olvidar dos camaradas das Forças Armadas Amigas, nomeadamente Angola, Espanha e Portugal, que tive o prazer de conviver momentos de lazer e descontração com nossas famílias, permitindo a plenitude da fraterna convivência e da sã camaradagem, fundamentais para a renovação das energias necessárias na labuta diária.

Paz e bem!



Índice

Introdução	1
1. Estado da Arte e Metodologia	5
1.1. Estado da Arte.....	5
1.2 Metodologia	7
2. O pensamento comum em segurança e defesa na CPLP	10
2.1. Pensamento comum em segurança e defesa	10
3. O papel desempenhado pelo Reino Unido na Commonwealth e pela França na Organisation Internationale de la Francophonie (OIF) para o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa nas respectivas Comunidades	17
3.1 O papel desempenhado pelo Reino Unido na Commowealth para o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa.....	17
3.2 O papel desempenhado pela França na <i>Organisation Internationale de la Francophonie</i> (OIF) para o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa	22
4. O papel do Brasil no desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa na CPLP	27
4.1 A atuação brasileira no desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa na CPLP	27
4.2 As oportunidades de melhoria encontradas da atuação brasileira	31
4.3 Propostas para a o aprimoramento do papel do Brasil no desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa na CPLP	33
Conclusões.....	35
Bibliografia	39

Índice de Figuras

Figura 1 – Localização Geográfica dos EM da CPLP	1
Figura 2 – Modelo de <i>Benchmarking</i>	8
Figura 3 – Percurso Metodológico	9
Figura 4 – Linha do tempo das principais ações em Seg e Def da CPLP	15
Figura 5 – Países da Commonwealth	17



Figura 6 – Exportações de produtos de defesa do Reino Unido de 1996 a 2018	20
Figura 7 – Reino Unido e a <i>Commonwealth</i>	21
Figura 8 – Países da <i>Francophonie</i>	22
Figura 9 – Exportações de produtos de defesa da França de 1996 a 2018	25
Figura 10 – A França e a <i>Francophonie</i>	26
Figura 11 – Exportações de produtos de defesa do Brasil de 1996 a 2018	30
Figura 12 – O Brasil e a CPLP	31

Índice de Tabela

Tabela 1 – Propostas para a atuação brasileira no desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa na CPLP	33
--	----

Índice de Apêndices

Apêndice A – Modelo de Análise.....	Apd A-1
Apêndice B – Dimensões e Indicadores para análise de conteúdos	Apd B-1
Apêndice C – Relação de Entrevistados.....	Apd C-1
Apêndice D – Formulários dos questionários/entrevistas e respostas síntese.....	Apd D-1
Apêndice E – Respostas síntese do Inquérito Oficiais do Exército Brasileiro.....	Apd E-1
Apêndice F – Conceitos.....	Apd F-1



Resumo

Neste trabalho, cujo tema é “O papel do Brasil no desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, propôs-se analisar a atuação do Brasil em segurança e defesa nesta Comunidade, observando as suas oportunidades de melhoria.

Em um raciocínio dedutivo aplicado num estudo de caso, analisaram-se ideias e valores que melhor representam o pensamento comum em segurança e defesa na Organização; o papel desempenhado pelo Reino Unido na *Commonwealth* e pela França na *Francophonie*, nomeadamente Organizações côgeneres à lusófona que poderiam servir de referência para a atuação brasileira; bem como, procurou-se identificar oportunidades de melhoria nesse desempenho brasileiro.

Concluiu-se que o pensamento comum em segurança e defesa não existe concretamente, sendo este traduzido, prioritariamente, pela cooperação multilateral. Foi revelada a importância da contribuição do Brasil, edificando oportunidades de melhoria e propostas a serem implementadas.



Abstract

This essay addresses “The role of Brazil in the development of a common thinking in security and defense between the Community of Portuguese Language Countries”. The purpose is to analyse the actions of the Brazil in security and safety in this Community, identifying how they can be improved.

Through a deductive reasoning applied in a case of study, ideas and values of a common thinking in security and defense in this Organization were analyzed; The role of United Kingdom in the Commonwealth and of the France in Francophonie, similar Organizations that it could be references for Brazil; in addition, an attempt was made to identify opportunities for improvement in the brazilian acting.

It was concluded that the common thinking in security and defense there isn't, concretly. It is presented like a multilateral cooperation. In this context, it was showed the importance of the contribution of Brazil, indentifying opportunities for improvement and suggestions to be implemented.

Keywords: Brasil, CPLP, common thinking, defense, security



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A

ACCT Agência de Cooperação Cultural e Técnica

B

BID Base Industrial de Defesa

C

CAE Centro de Análise Estratégica

CCOPAB Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil

CEMGFA Chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas

CMF Conferências Ministeriais da Francofonia

COSMAR Centro de Operações de Segurança Marítima

CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CTM Cooperação Técnica-Militar

E

EM Estados-membros

END Estratégia Nacional de Defesa

F

FFAA Forças Armadas

FRANCOPOL Rede Internacional de Formação de Polícia Francófona

I

IDN Indústria de Defesa Nacional

ITAMARATY Ministério das Relações Exteriores do Brasil

N

NN Núcleo Nacional



O

OI	Organização Internacional
OIF	<i>Organization Internationale de la Francophonie</i>
ONU	Organização das Nações Unidas

P

PCDD	Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa
PDN	Política de Defesa Nacional
PIIDFM	Programa Integrado de Intercâmbio no Domínio da Formação Militar

Q

QC	Questão Central
QD	Questão Derivada

R

RDTL	República Democrática do Timor-Leste
REFFOP	Rede Francófona de Especialização e Treino para Operações de Paz

S

SPAD	Secretariado Permanente para Assuntos de Defesa
SSDC	Cooperação em Segurança e Defesa



Introdução

O presente trabalho de investigação tem como tema: “O papel do Brasil no desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).”

A CPLP, espaço criado em 1996, contempla a união de nove Estados-membros (EM): Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (ver figura 1); cuja localização geográfica abrange quatro continentes. Amplia a sua importância dezoito Estados e uma Organização Internacional (OI) como Observadores Associados, o que lhe confere um carácter não apenas regional cultural, mas sim global.

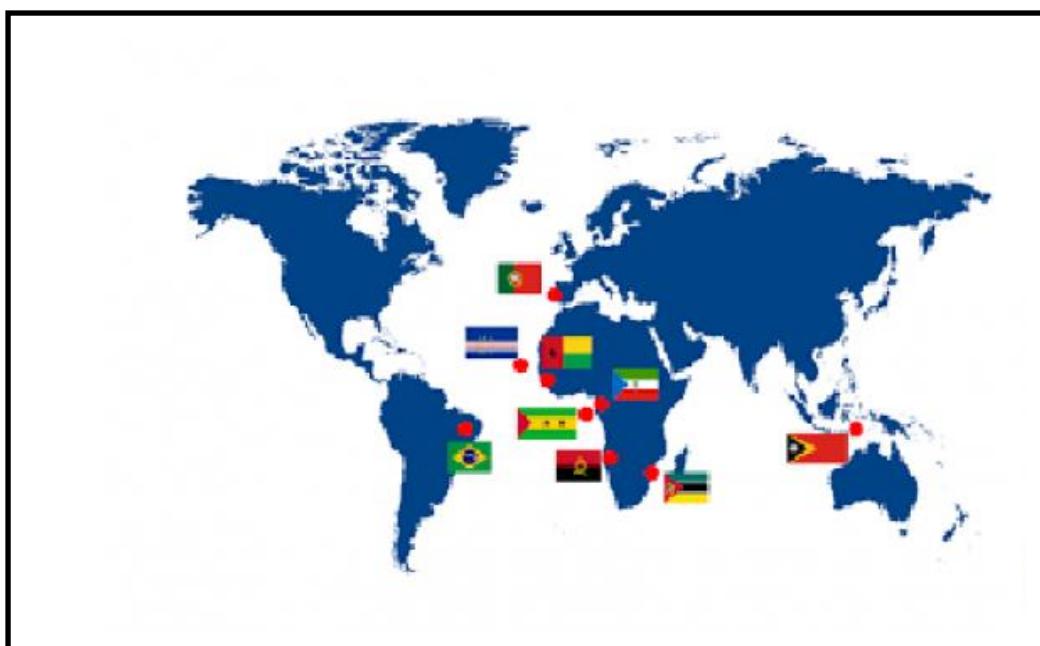


Figura 1 – Localização Geográfica dos EM da CPLP

Fonte: (DefesaNet, 2018)

Durante o seu curso, a CPLP ampliou a importância de atuação entre os países membros, aprofundando laços de cooperação em segurança e defesa. Estabelecido por meio do Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa (PCDD), em 2006, que aborda a necessidade de criação de uma plataforma de partilha de conhecimentos militares, para a promoção da política comum no domínio de segurança e defesa; bem como para a contribuição no desenvolvimento de capacidades internas para o fortalecimento das Forças Armadas dos EM (CPLP, 2006, p. 1 e 3). Nesse sentido, a promoção de um pensamento



comum surge com relevante destaque nesse documento de segurança e defesa, decorrente de uma convergente visão política, justificando a temática a ser abordada no presente trabalho.

Neste contexto, a CPLP, encontra-se atualmente numa fase de crescimento e consolidação Institucional, procurando afirmar-se internacionalmente pela cooperação em múltiplos domínios e por uma intervenção crescente nos EM em programas de apoio ao desenvolvimento e de consolidação da segurança e da defesa (Bernardino L. , 2016, p. 2). Dessa forma, o estabelecimento de um pensamento comum em defesa é relevante e contribui para o fortalecimento desta componente na Comunidade.

Com efeito, é fundamental perceber que neste trabalho o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa não significa a criação de um pacto de defesa mútua, como ocorre em algumas alianças militares. Ele deve ser compreendido sob uma análise da Identidade da CPLP no Domínio da Defesa (2015), que materializa a matriz identitária da Comunidade, com enfoque na cooperação estratégica. Simultaneamente, este documento procura o alinhamento de ideias, conceitos e valores constituindo uma nova visão estratégica da Comunidade. Perante tal cenário, dentro das realidades regionais, os interesses comuns sendo potencializados serão capazes de maximizar um mecanismo de respostas e soluções comuns para problemas idênticos na CPLP (Bernardino & Azevedo, 2015, p. 119).

Desse modo, o estudo em análise reveste-se de destacada relevância tanto para o público brasileiro como também para os outros EM da Comunidade. No primeiro caso, serve para um maior entendimento das ações desenvolvidas pelo Brasil em segurança e defesa entre a CPLP, identificando as suas principais oportunidades de melhoria a serem exploradas. Por outro lado, quanto aos outros EM da CPLP, este trabalho irá fornecer uma visão brasileira sobre o tema, suscitando uma dinamização da CPLP nos seus aspectos relevantes.

Assim, definiu-se como objeto da investigação deste trabalho, o papel do Brasil no desenvolvimento de um pensamento comum em Segurança e Defesa entre a CPLP. Decompondo o objeto de estudo, podemos distinguir três dimensões principais: o enquadramento das ações de segurança e defesa da CPLP; numa perspectiva de *benchmarking*, as atividades desenvolvidas por Organismos Congéneres à CPLP; e as atividades desenvolvidas pelo Brasil e suas possíveis oportunidades de melhoria sobre o tema.

Ao nível do conteúdo, a investigação do tema “O Papel do Brasil no desenvolvimento de um pensamento comum em Segurança e Defesa entre a CPLP” será delimitado às



principais ações desenvolvidas pelo Estado brasileiro, em segurança e defesa na Comunidade.

No que diz respeito à delimitação no âmbito do domínio temporal, a investigação baseia-se na criação da CPLP, no ano de 1996 até 31 de dezembro de 2018, enquanto a delimitação no âmbito do domínio espaço, baliza o estudo aos espaços geográficos onde os nove países se situam (África, América do Sul, Ásia e Europa).

Neste diapasão, definiu-se como objetivo geral (OG) desta investigação, identificar as oportunidades de melhoria no papel do Brasil para o desenvolvimento de um pensamento comum em Segurança e Defesa entre os países que compõem a CPLP. De forma a conseguir cumprir com esse OG, é necessário atingir os seguintes objetivos específicos (OE):

- i) caracterizar o pensamento comum em segurança e defesa existente na CPLP;
- ii) descrever o papel desempenhado pelo Reino Unido e pela França no desenvolvimento de um pensamento comum na componente Segurança e Defesa da *Commowealth* e da *Organisation Internationale de la Francophonie* (OIF), respectivamente;
- iii) analisar o papel do Brasil para o desenvolvimento do pensamento comum em segurança e defesa entre a CPLP.

Assim, formula-se a seguinte Questão Central (QC): quais as oportunidades de melhoria na atuação do Brasil para o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa da CPLP?

A partir do objetivo geral e respetivos objetivos específicos, atendendo à questão central, foram definidas as seguintes questões derivadas:

- QD 1** Quais as principais ideias e valores que materializam o atual pensamento comum em segurança e defesa que existe na CPLP?
- QD 2** Qual o papel desempenhado pelo Reino Unido na *Commowealth* e pela França na *Organisation Internationale de la Francophonie* (OIF) para o desenvolvimento de um pensamento comum na componente Segurança e Defesa das respectivas Organizações?
- QD 3** Qual o papel atual do Brasil no desenvolvimento do pensamento comum em segurança e defesa entre a CPLP?

A recolha de dados, conduzida através da análise documental, possibilitou estabelecer a base concetual e obter as informações sobre as atividades de segurança e defesa no âmbito da CPLP. Assim, foram obtidos e estudados os documentos afetos ao domínio da defesa desta OI, com especial atenção aos produzidos pelas Reuniões de Ministros da Defesa da



Comunidade, identificando as principais ações, iniciativas e propostas do Estado brasileiro nesta temática.

Para além disso, foram analisados diversos produtos e apresentações de seminários, realizados sobre o assunto, além de consultas a sítios eletrónicos, publicações e variados artigos científicos de autores conceituados.

Nestes documentos procurou-se identificar, além das ações, iniciativas propostas supracitadas, também as opiniões dos demais EM da CPLP sobre o que entendem constituir uma mais valia a respeito desta componente no âmbito da OI.

Dessa forma, a realização de entrevistas semiestruturadas a membros de representações diplomáticas, especialistas em segurança e defesa da CPLP, académicos brasileiros e portugueses, forneceram valiosos contributos para a presente investigação, que está organizada em quatro capítulos.

Além da introdução e das conclusões. O primeiro capítulo apresentará o Estado da Arte, no que se refere ao domínio da defesa na CPLP, bem como a metodologia de investigação; o capítulo dois fará uma análise sobre o pensamento comum em segurança e defesa existente na CPLP; o terceiro capítulo abordará o papel do Reino Unido na *Commowealth* e da França na OIF, atenta a sua similitude em termos de propósitos com a CPLP enquanto estudo desta investigação; no capítulo quatro, será analisado o papel do Brasil no desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa entre os países da CPLP, bem como identificar as possíveis oportunidades de melhoria do desempenho deste papel.



1. Estado da Arte e Metodologia

1.1. Estado da Arte

“Construindo a Comunidade – CPLP”, de autoria de Luís Bernardino, se traduz como um dos principais fios condutores desta pesquisa. Tal justifica-se pelo facto da sua obra dar uma noção, bastante pormenorizada, da evolução da componente segurança e defesa entre os países da CPLP. Além disso, induz à necessidade de percepção comum entre os membros da Comunidade nestes assuntos, abordando que esta preocupação se origina, praticamente, desde a criação em 1996.

“A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996-2011)”, de Luís Bernardino e José Santos Leal, também assume um protagonismo bastante relevante como guia para esta investigação, principalmente por abordar o assunto da seguinte forma: “[...] a política comum de cooperação na esfera da segurança e da defesa, criando uma plataforma para partilha de conhecimentos nessa matéria e assim contribuir para o reforço das capacidades internas das Forças Armadas dos países [...]”, o que visa percepções com os objetivos gerais e específicos deste trabalho.

Neste contexto, Adriano Moreira (1999), afirma que “comunidade” refere-se a um grupo social identificado em termos de vida comum, interesse comum, cooperação e interação entre os seus integrantes para a realização destes interesses. Assim, a busca de um pensamento comum em segurança e defesa entre a CPLP pode ser vista como um fator natural de evolução da própria Comunidade.

Cabe destacar, que para Marchureta e Fontes (2001), o Brasil é fundamental no contexto lusófono, não somente por ser o maior país da Comunidade, mas sobretudo, por servir de conjugador de forças para expressar a vontade comunitária conjunta na projeção internacional. Tal situação confere uma noção da importância do papel brasileiro na CPLP, ensejando uma liderança na Comunidade, sobretudo na componente de segurança e defesa.

Escorrega (2014) relata que a CPLP, ao contrário da *Organization Internationale de la Francophonie* (OIF) não foi baseada em uma componente de defesa na sua criação e que esta necessidade ocorreu de forma natural com o passar do tempo e amadurecimento institucional, sendo isto ponto de constante evolução, suscitando que as bases já existentes podem evoluir para uma estrutura de objetivos comuns e lineares.

Assim, pode-se dizer estes autores entendem que o principal ponto de desenvolvimento da componente de segurança e defesa da CPLP é o aprofundamento da cooperação,



estabelecendo para isso objetivos comuns na Comunidade que incentivem a amplitude da integração.

O papel do Brasil, nesta fase também foi apreciado para se poder perceber como o grau de importância de suas ações podem culminar com a consolidação de um pensamento comum em segurança e defesa na CPLP.

Nesse sentido, para Barroso (2011), em “*A relevância da CPLP na Segurança e desenvolvimento do Continente Africano - Relevância do Instrumento Militar e o Papel de Portugal*”, a concertação político-diplomática é o objetivo principal para se reforçar a posição da CPLP no cenário internacional e, desse modo, a cooperação no domínio da defesa é um elemento central nessa estratégia, tendo o Brasil e Portugal papéis de relevância.

Do mesmo modo, para Lapucheque (2014, p. 25), assim como Portugal e Angola, o Brasil possui condições económicas, políticas e diplomáticas suficientes para desempenhar um papel de maior relevância na CPLP, impulsionando projetos e dirigindo a Comunidade para a consecução de objetivos comuns.

Outras obras foram analisadas como a de Abdenur e Souza Neto (2014), que destaca a participação do Brasil nas atividades da formação de uma identidade comum no Atlântico Sul, dando especial atenção à participação na CPLP, o que mostra a relevância do protagonismo brasileiro nas diferentes dinâmicas da componente nesta Comunidade e para o alcance de percepções igualitárias entre os seus membros.

Com isso, identifica-se um grupo de especialistas que creditam ao Estado Brasileiro, uma maior responsabilidade sobre o desenvolvimento da componente de segurança e defesa da CPLP, sendo isto investigado durante este trabalho.

Cabe destacar, que a ideia de pensamento comum em segurança e defesa entre os países da CPLP pode ser analisada sob as perspectivas de Vale e Lopes (2010), que o identificam como um processo estratégico, no contexto de necessidades e interesses das nações, que busca-se uma conjugação para a plena integração como forma de superação de limitações e garantir uma mais ampla projeção internacional.

Com a análise supracitada, pode-se observar que as fontes para a investigação do papel brasileiro no desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa entre os países da CPLP são suficientemente abrangentes. Todas elas tratam da importância de se manter ou até mesmo elevar o nível de cooperação entre países, estabelecendo estratégias comuns para este intento, o que nos leva a identificar que o Brasil se encontra num patamar de bastante relevância nessa componente.



Por fim, cabe destacar que faz sentido o estabelecimento de um pensamento comum em segurança e defesa na CPLP e que o Brasil pode ser o motor impulsionar deste pensamento. Logo, é necessário avançar um pouco mais neste assunto sobre a perspectiva de uma melhor compreensão sobre o verdadeiro papel do Estado brasileiro nessa temática.

1.2 Metodologia

Seguiu-se um posicionamento epistemológico, procurando explicar ou compreender o relacionamento do Brasil com a vertente de segurança e defesa da CPLP, nomeadamente verificando os fenómenos e interpretando os seus significados subjetivos (Santos L. , et al., 2016, pp. 19 - 20). Neste contexto, a metodologia a seguir baseia-se no raciocínio dedutivo e as conclusões são obtidas, através do raciocínio lógico, a partir de suas premissas” (Santos L. , et al., 2016, p. 21).

A metodologia selecionada, pela sua flexibilidade e por melhor se adequar ao tipo de pesquisa, foi uma estratégia qualitativa, “na medida em que a interpretação dos atos, normas e desdobramentos, materializada na dinâmica do desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa na CPLP, e a atribuição dos respetivos significados é feita a partir de padrões encontrados nos documentos, entrevistas e dados, que interpretados proporcionarão a resposta para a QC e QD” (Santos L. , et al., 2016, p. 29).

Procura-se valorizar o enquadramento teórico e o trabalho de campo, como em entrevistas, junto a especialistas, que realmente possam agregar valor à pesquisa, com um permanente esforço de integração de natureza interpretativa dos vários contributos recolhidos, possibilitando a exploração de uma multiplicidade de versões de diferentes dimensões, com o objetivo de compreender a profundidade das relações securitárias no âmbito da CPLP na sua totalidade. (Bryman, 2012).

O modelo seguiu uma recolha de dados por meio de análise documental por fontes primárias, por entrevistas semiestruturadas com indivíduos de notório saber sobre o assunto em tela, nomeadamente: Tenente-Coronel do Exército Português Luís Bernardino, Dr João Pedro Saldanha Serra, da Direção Geral da Política de Defesa Nacional (PDN) de Portugal; o Doutor Armando Marques Guedes; Doutor Tássio Franchi; e o Embaixador do Brasil à CPLP Dr Gonçalo Mourão Esses dados são apresentados neste trabalho, mais especificamente, nos capítulos dois, três e quatro. Além disso, foi realizado um inquérito no âmbito dos Oficiais do Exército Brasileiro, possuidores do Curso de Estado-Maior, concluído nos últimos 4 anos, período após a assunção da última Presidência da CPLP pelo representante do Brasil (2016 – 2018); visando a percepção da importância da divulgação da

CPLP perante este universo e a visualização das principais atividades desenvolvidas pelo Estado brasileiro nesta componente, bem como das oportunidades de melhoria dessa atuação.

Dessa forma, como elemento orientador desta metodologia, utilizou-se o método baseado no *benchmarking*, tipo funcional, dividido em 4 fases: uma primeira fase de planeamento, a seguinte de coleta; após a fase da análise e a etapa final de adaptação (Figura 2).

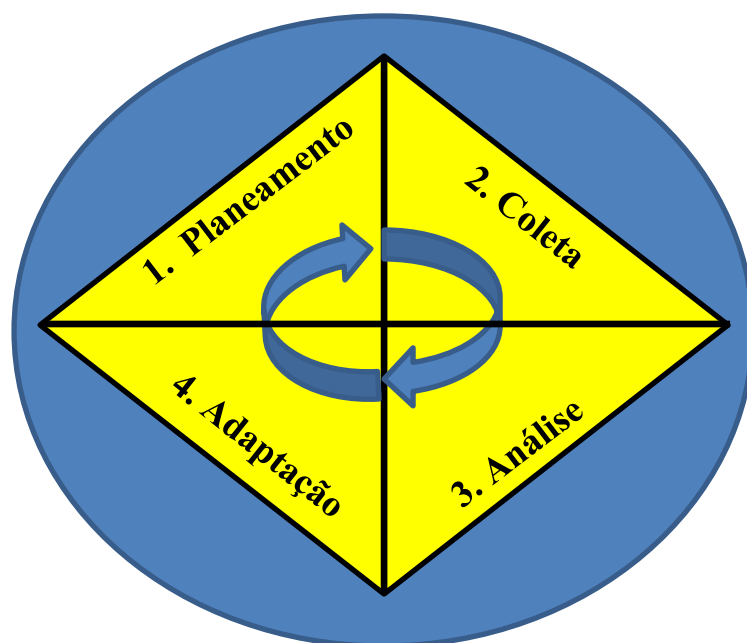


Figura 2 – Modelo de *Benchmarking*

O estudo, na área das Relações Internacionais, possui características que o configura como o *Estudo de Caso*, na medida em que “se tentou recolher informação sobre um fenómeno particular inserido num contexto específico [...] descrevendo rigorosamente esta observação” (Santos L. , et al., 2016, p. 39).

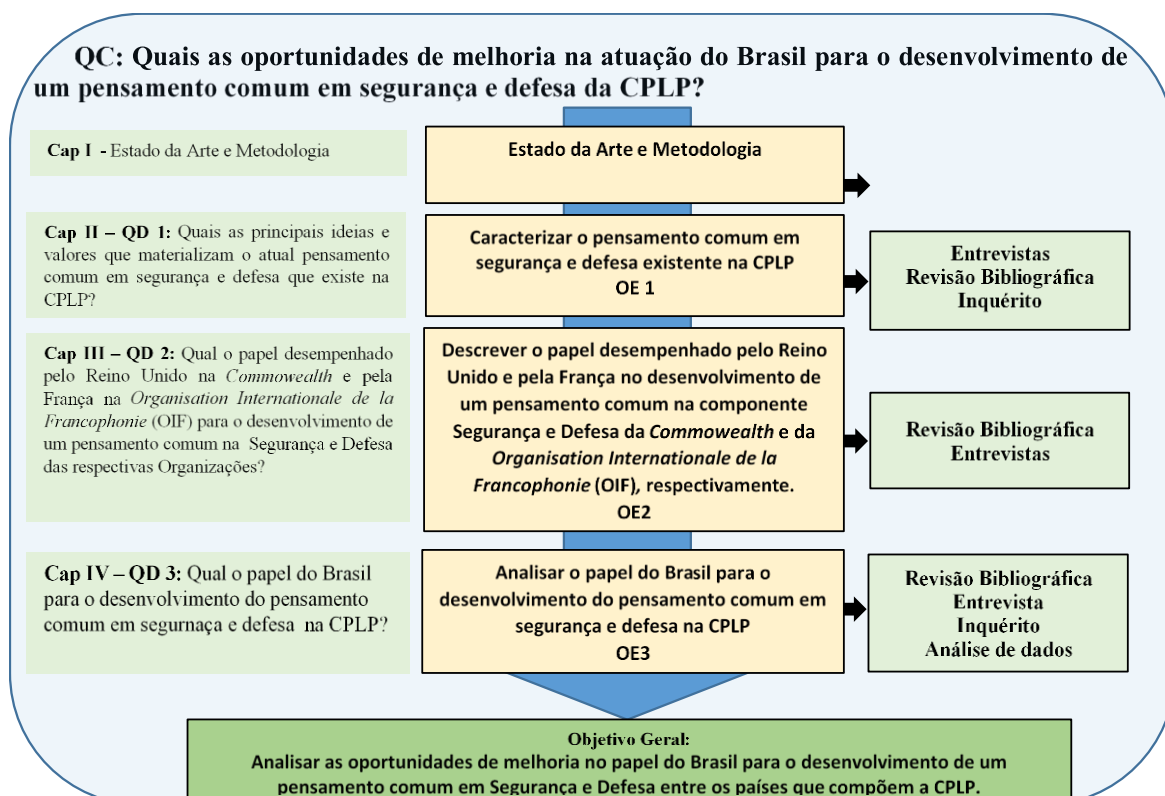


Figura 3 – Percurso Metodológico

Desse modo, a investigação seguiu três fases: a primeira, exploratória, caracterizou-se pela execução de entrevistas exploratórias, ao Adido de Defesa e Aeronáutica do Brasil em Portugal, e a membros da estrutura de defesa da CPLP, o que contribuiu para um entendimento mais amplo e seguro sobre o tema a ser investigado.

Uma segunda fase analítica, onde houve o recolhimento e análise de dados obtidos durante a revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas, bem como a realização de um inquérito, tudo com intuito de perceber a que se adequa à QC e às QD, elucidando as suas dinâmicas de percepção. Nessa fase foram estabelecidos indicadores (Apêndice B) que serviram de pontos basilares para o trabalho em si, orientando o curso da investigação

Na fase conclusiva, os contributos surgiram nas oportunidades de melhoria, gerando propostas para a atuação do Brasil no desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa na CPLP.



2. O pensamento comum em segurança e defesa na CPLP

Neste capítulo será caracterizado o pensamento comum em segurança e defesa existente entre os países da CPLP com o intuito de elucidar o seu grau de evolução no âmbito da Organização e como ele melhor se caracteriza.

2.1. Pensamento comum em segurança e defesa

Na Declaração Constitutiva, a CPLP é definida como um fórum multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros. “[...] destaca-se que em seus objetivos haverá a cooperação em vários domínios [...]” (CPLP, 1996, p. 1).

Por seu turno, o PCDD (2006) estabeleceu os princípios gerais de cooperação entre os seus EM nesta componente. No Art 2º relata que possui como objetivo global a promoção e facilitação da cooperação entre os EM no domínio da Defesa através da sistematização e clarificação das ações. Ainda assim, apresenta três objetivos específicos, que servem de orientadores para a condução das ações, nomeadamente:

- a. Criar uma plataforma comum de partilha de conhecimentos em matéria de defesa militar;
- b. Promover uma Política Comum de cooperação nas esferas de Defesa e Militar;
- c. Contribuir para o desenvolvimento das capacidades internas com vista ao fortalecimento das Forças Armadas dos países da CPLP.

Neste contexto, pode-se observar que menções às palavras “*cooperação*” e “*comum*” aparecem de forma bastante destacada tanto na Declaração Constitutiva quanto no PCDD, respectivamente. Logo, pode-se sugerir, que um pensamento comum em segurança e defesa por meio de uma colaboração mútua entre Forças Armadas dos seus membros é algo que se constitui como um princípio base desta componente na Comunidade, que pode ser considerado “destino natural”.

A definição de pensamento comum em segurança e defesa pode ser representada com o incremento da cooperação, sendo fortalecida cada vez mais com os mecanismos que foram criados no seu decurso desde a criação para alinhar o pensamento e indicar uma linearidade de percepções na Comunidade lusófona, otimizando esse espaço desenvolvido.

Segundo Bernardino (entrevista presencial, 15 de março de 2019), a formação de um pensamento comum em segurança e defesa entre os países da CPLP leva tempo e atualmente ainda não existe. Este pensamento comum pode surgir como um amadurecimento da Organização, precedido de uma estratégia comum, algo que atualmente ainda não está consolidada. Em contrapartida, destaca Bernardino (*op. cit.*), a Comunidade, por ser recente,



ainda avança no caminho certo para atingir essa paridade de pensamento comum, refletido, principalmente, pelas diversas ações na área que estimulam a geração desta unidade de pensamento.

Esta afirmação corrobora com o Dr João Pedro Saldanha Serra (entrevista presencial, 18 de abril de 2019), que em entrevista, assinalou que o pensamento comum em segurança e defesa entre os países da CPLP é um processo longo resultante da síntese dos contributos próprios de cada Estado-membro para este fim..

Ainda assim, Bernardino (*op. cit.*) acrescenta que o pensamento comum somente poderá ser alcançado quando houver um pleno entendimento político também ele comum e concreto sobre o que a CPLP e particularmente aquilo que a componente de defesa representa. Atualmente, os países atuam de forma desgarrada, sem uma coordenação política, o que dificulta, de forma bastante clara este propósito com consequências para a evolução da própria Comunidade.

Isso também é de similiar interpretação para o embaixador brasileiro na CPLP, Gonçalo Mourão (entrevista presencial, 17 de abril de 2019) que exorta uma maior ligação entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa poderia potenciar o papel brasileiro na componente de defesa da CPLP e se atingir um pleno pensamento comum. Para ele, esta maior integração poderia permitir que as decisões na área defesa, que dependem essencialmente das prioridades políticas, poderiam potencializar a componente.

Para o Professor Doutor Tássio Franchi (entrevista, 28 de março de 2019), o pensamento comum não existe ainda na CPLP. Isso se deve a grande disparidade económica, geográfica e social. Além disso, Franchi (*op. cit.*) acrescenta que o pensamento comum não é necessário, apontando que as ameaças que assolam as nações pertencentes à Comunidade são bastante distintas. Ele reforça que o Brasil deve aumentar, na Comunidade, a parceria e cooperação em produtos de defesa.

Cabe destacar que 65,5% dos militares que responderam ao inquérito, é importante que a CPLP desenvolvam um pensamento comum em segurança e defesa para que ela possa avançar nos seus níveis de cooperação.

Este mesmo universo aponta que as diferenças regionais com assimetrias continentais; as diferentes capacidades militares entre os membros; a distância geográfica dos países; nesta ordem, são os principais óbices para que a CPLP desenvolva e consolide um pensamento comum em segurança e defesa.

As assimetrias existentes entre os membros da Comunidade são um dos grandes desafios para a Cooperação no Domínio da Segurança e Defesa no Espaço da CPLP. A



diminuição dessas desigualdades pode proporcionar uma consolidação e maior projeção da Comunidade nesta componente. Além disso, é necessário a criação de um conceito estratégico comum; a consolidação da cooperação técnico-militar, com a possível integração de intercâmbio no domínio da formação militar; o desenvolvimento de doutrina de defesa comum; a criação de programas de investigação e desenvolvimento no âmbito da segurança e defesa; o estabelecimento de parcerias no âmbito da indústria de defesa, bem como a maior realização de exercícios combinados conjuntos, que permitam a interoperabilidade e treino das Forças Armadas em operações de paz e humanitárias (Conceição, 2016).

Dessa forma, pode-se suscitar que o pensamento comum em segurança e defesa possui um longo caminho a ser percorrido, no entanto, a sua direção geral pode ser determinada com essas alternativas estruturantes.

De forma distinta, para Saldanha Serra (*op. cit.*), uma das grandes mais-valias da CPLP é a diversidade entre os EM, também na forma como observam, interpretam e avaliam as realidades de segurança e defesa globais, regionais e sub-regionais.

Esta visão é também partilhada pelo Sr Embaixador Gonçalo Mourão (*op. cit.*), que acredita que as diferenças regionais entre os países da CPLP são uma grande vantagem, pois permitem que as diferentes experiências possam ser partilhadas, dentro da visão particular de cada Estado, contribuindo para o fortalecimento da Comunidade.

Neste contexto, a grande diversidade de realidades e percepções regionais poderão ser capazes, dentro de uma conjunção de interesses, de robustecer a ideia de um pensamento comum em segurança e defesa na CPLP, muito embora, possa ser um ponto de desvantagem quanto ao ciclo de tomada de decisão, pelo facto dos EM se encontrarem em realidades diversas. Além disso, nestas afirmações, observa-se uma diferença de visão entre militares, académicos e diplomatas; sobre o que dificulta o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa na CPLP.

Segundo Bernardino e Azevedo (2015, p. 113), a cooperação no âmbito da segurança e defesa na CPLP deve convergir ao nível dos programas e atividades para poder dar um sentido concreto no seio da Organização. Encontrar um denominador comum para a cooperação estratégica, atendendo os interesses dos Estados-membros dentro dos seus respetivos contextos regionais, podem ajudar no desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa.

A unidade de pensamento entre a CPLP foi exposta na Declaração da Resolução do Conselho de Ministros da CPLP, de 02 de novembro de 2007 que se refere a necessidade de: “[...] concertação de esforços entre os países da Comunidade no sentido da elaboração de



uma visão integrada, com vista a promover o desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos sob as suas respetivas jurisdições nacionais, inclusive por meio da cooperação internacional[...]”, ratificando a importância e sentido da palavra cooperação como a principal via de entendimento e conceito basilar para o desenvolvimento de um pensamento comum no âmbito da segurança e defesa na CPLP.

Nesse sentido, o ex-Primeiro Ministro da República Democrática do Timor-Leste (RDTL), Xanana Gusmão, na XI Reunião de Minsitros da Defesa, em 2009, afirmou que o PCDD da CPLP consolidava o caminho de estreitamento da cooperação no domínio da defesa, contribuindo como mecanismo para a manutenção da paz e de segurança. Complementando a visão timorense, segundo Nuno dos Santos (2016), a capacitação na língua portuguesa para militares e civis; a capacitação de Recursos Humanos e a Criação do Núcleo Nacional de CAE da CPLP no domínio da Defesa constituem-se nos maiores desafios do Timor-Leste nesta área.

Neste contexto, para Cabo Verde as parcerias estratégicas no âmbito da CPLP, especialmente, os Acordos bilaterais com os respetivos membros têm proporcionado importantes incrementos na parte de segurança e defesa do país. O reforço à Guarda Costeira, aquisição de novos meios, a qualificação da Polícia Militar e o funcionamento do Centro de Operações de Segurança Marítima (COSMAR) são alguns dos contributos advenientes desta mútua cooperação (Pereira F. C., 2011, p. 4).

As Comunidades Regionais, entendidas como um subgrupo das organizações internacionais, constituem-se em associação de Estados, que por meio de acordo, e no caso da CPLP aglutinado pela língua comum, comprometem-se em exercer um grau de colaboração para o alcance de objetivos de mútuo interesse (Zeca, 2017, p. 199). Com essa definição, contrastada com as posições dos Estados até aqui descritos, se pode afirmar que a cooperação é o principal ponto para o alcance de um pensamento comum em segurança e defesa entre a CPLP, o que tenderia a fortalecer a estrutura comunitária já existente.

Nesse sentido, a Guiné Bissau percebe o pensamento comum em segurança e defesa como uma grande oportunidade de aprimoramento das capacidades diversas e como forma de dirimir suas carências por meio de uma coordenada cooperação entre os Estado-membros, em especial, em uma concretização do Roteiro da Reforma do Sector de Defesa e Segurança (CPLP, 2011).

De forma convergente, Carlos Olímpio Stock, Ministro da Defesa Nacional e do Mar de São Tomé e Príncipe, em 2015, afirmou que a comunidade serve como uma plataforma de comunicação, um encontro de partilhas de segurança e defesa, constituindo-se em um



importante contributo para o reforço da afirmação de todos os países lusófonos nos contextos regionais em que se inserem (CPLP, 2015).

Assim, segundo o Vice-Ministro da Defesa de Moçambique, Patrício José, a elaboração de uma estratégia conjunta para os mares da lusofonia é urgente, devendo ser um instrumento indispensável para definir a política e estratégia para os oceanos. Dessa forma, uma visão comum poderá contribuir para uma ampla oportunidade de cooperação internacional nesta componente¹. Assim, o carácter colaborativo de cooperação com a criação de uma política comum pode ser sucitado, com responsabilidades partilhadas, ratificando a relevância do desenvolvimento de um pensamento tema deste trabalho, na perspectiva moçambicana (CPLP, 2015).

E nesta perspectiva é que para a Angola a afirmação regional e da sua Política Externa pode ser baseada na capacidade do Estado estabelecer relações de cooperação entre diversas OI, sendo a CPLP uma de grande destaque. O fator segurança e defesa pode ampliar a percepção geoestratégica do país, dessa forma, a Cooperação Técnica-Militar (CTM), além de solidificar as relações na CPLP, podem contribuir para o fortalecimento do Estado no âmbito regional (Ribeiro, 2013, p. 109).

Uma observação especial se reveste sobre a Guiné Equatorial. País que ingressou na Comunidade em 2010 e possui a língua espanhola e francesa como idiomas principais (Guine Equatorial Press, 2019). Desse modo, a língua portuguesa tem pouco protagonismo, o que se constitui em um grande desafio de integração deste país na Comunidade.

Neste contexto, atendendo ao que foi observado até aqui, pode-se inferir que todos os EM vêem a CPLP como uma plataforma de oportunidades. Sendo clara a divergência de objetivos práticos, o que dificulta o desenvolvimento e consolidação de um pensamento comum em segurança e defesa, pelo facto de que alguns almejam a edificação de capacidades que lhes são ausentes e outros a relevância estratégica e uma inserção internacional mais sólida com um reforço na relevância geoestratégica balizam as suas aspirações.

Com o passar dos anos, a CPLP instituiu órgãos e atividades com a finalidade de potencializar a uniformização ou até mesmo a compreensão de doutrinas e procedimentos operacionais das Forças Armadas da Comunidade, reforçando assim o papel relevante da Comunidade no desenvolvimento de segurança e defesa dos seus membros (Fernandes, 2012, p. 18). Durante os anos de oficial cooperação em defesa, “[...] a Comunidade

¹ Declaração de abertura realizada durante o IV Simpósio das Marinhas da CPLP, em 16 de fevereiro de 2015.

gradualmente desenvolveu a dimensão deste tema, criando ferramentas que permitem a consolidação desta componente no seio da área de cooperação [...]” (Mimoso, 1995, p. 12).

Segundo Bernardino (*op. cit.*), a área da defesa da CPLP é exemplar, pois poucas áreas de cooperação da Comunidade atingiram os resultados que a defesa atingiu. Em pouco menos de duas décadas diversos feitos já foram consolidados, demonstrando o avanço expressivo desta componente (ver Figura 04).

Cabe destacar que no ano de 2015, foi aprovada a Identidade da CPLP no Domínio da Defesa, documento que identifica os objetivos, interesses e ameaças comuns, como fatores primordiais para o desenvolvimento de cooperação multilateral na Comunidade. Além disso, dá sentido aos projetos comuns, que serve como base para a construção de um documento comum para cooperação no domínio da defesa (Escorrega, 2016).

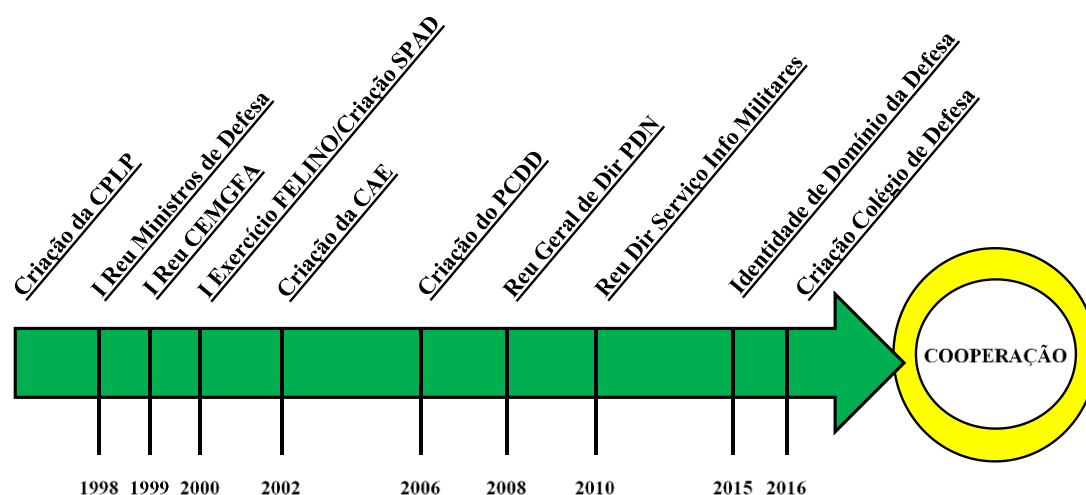


Figura 4 – Linha do tempo das principais ações em Seg e Def da CPLP

A cooperação na Comunidade é muito mais evidenciada de forma bilateral. As principais ações aproximam-se de uma fase multilateral mais consistente, o que valoriza ainda mais esta componente na CPLP. O desafio a partir de agora é tornar essa cooperação, que contribui para a formação de um pensamento comum, bicultural, cuja finalidade é potencializar os pontos fortes de cada membro de forma que possam ter uma maior influência nos respectivos contextos regionais (Bernardino & Azevedo, 2015, p. 107). Para isso, é necessário um alinhamento estratégico da cooperação, que atualmente não há.



Tendo em vista o mencionado, pode-se concluir que não há pensamento comum, mas este é reconhecido como importante para o desenvolvimento da Comunidade, sendo traduzido em ampla cooperação existente entre os seus EM.

3. O papel desempenhado pelo Reino Unido na Commonwealth e pela França na Organisation Internationale de la Francophonie (OIF) para o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa nas respectivas Comunidades

Neste capítulo será analisado o papel desempenhado pelo Reino Unido na *Commonwealth* e pela França na OIF para o alcance de um pensamento comum em segurança e defesa nas respectivas Comunidades.

3.1 O papel desempenhado pelo Reino Unido na Commowealth para o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa

A *Commonwealth* é composta, atualmente, por cinquenta e quatro Estados distribuídos em cinco continentes: África, Ásia, Europa, América e Oceania. Atualmente tem uma população de 2,4 bilhões de pessoas e sua origem remonta ao antigo Império Britânico, que teve fim nos anos 1960. A Comunidade foi estabelecida através de uma série de declarações de princípios, aglutinadas em uma declaração de Port-of-Spain em novembro de 2009. Seus principais objetivos são políticos e económicos, porém, questões de defesa e segurança são tratadas em acordos multilaterais entre EM, sempre sob a visão estratégica do Reino Unido, antiga metrópole² da maioria dos países e o seu principal idealizador (Bourne, 2010).

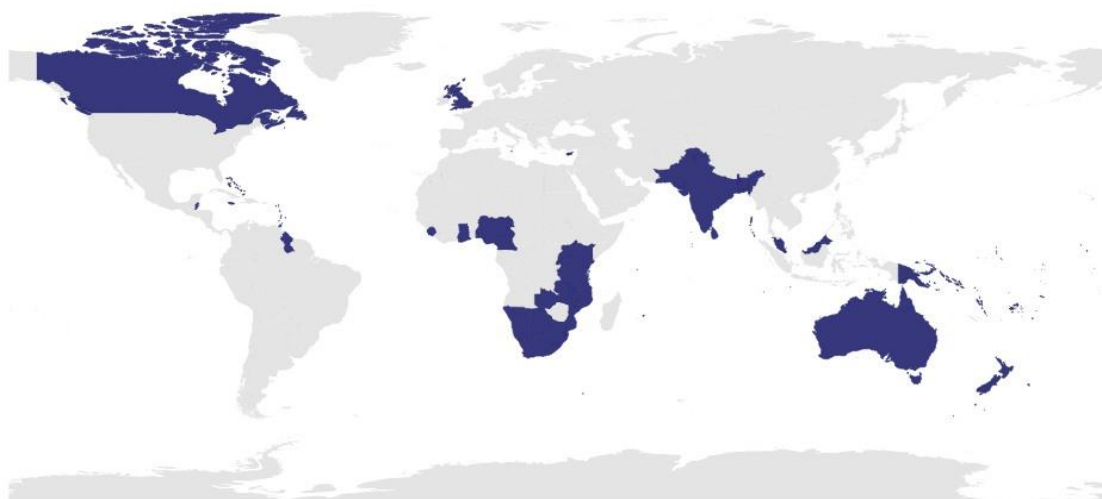


Figura 5 - Países da Commonwealth

Fonte: (Commonwealth.org, 2019)

² O Reino Unido é o país ligado à colonização de quase todos os países da *Commonwealth*, exceto Moçambique, Namíbia e Ruanda (Commonwealth.org, 2019).



A Rainha Elizabeth II foi por 66 anos, até abril de 2018, a Chefe de Estado da Organização, data que cedeu ao Príncipe Charles, seu filho, este cargo (Commonwealth, 2018). À partida já se percebe que a formação da liderança nesta Comunidade se apresenta de forma distinta da desenvolvida pela CPLP.

É importante salientar, que o Artigo 1 da Carta da *Commonwealth* evidencia que a organização não é um estado, nem tão pouco uma entidade supranacional. Porém, os seus EM são obrigados a adotar uma política de segurança coordenada para lidar com ameaças à sua soberania, segurança comum e integridade territorial (Bhatia, 2015). Face a tal característica, sugere-se que o pensamento comum pode ser induzido por meio de iniciativas que fomentem este postulado.

Neste contexto, a Estratégia de Defesa Internacional do Reino Unido (2015) aponta para um maior aprofundamento das relações com parceiros da Comunidade. Destaca que o estabelecimento de objetivos conjuntos em segurança e defesa são fundamentais para a segurança nacional e a ampliação da paz mundial, o que colabora para uma unidade de entendimento dos assuntos desta componente, sob uma pragmática visão britânica.

Isso foi demonstrado na *Commonwealth Head of Government Meeting*, em 2018, onde os líderes expressaram uma grande preocupação com a segurança de alguns países membros, exortando um fortalecimento da cooperação entre os Estados, para de forma conjunta procurem reduzir os incidentes de instabilidade, suscitando uma maneira comum, sob a forma da colaboração mútua, para as soluções de tais desafios (Commonwealth, 2018).

Para Armando Marques Guedes (entrevista, 10 de abril de 2019), o pensamento comum em segurança e defesa da *Commonwealth* é bastante incipiente e particularmente inatingível de forma plena, embora, ocorram decisões partilhadas e reações conjuntas em determinadas crises da esfera da segurança global. Sua intangibilidade recai, especialmente, no facto da Comunidade possuir dois países membros declaradamente adversários, que são potências nucleares (Índia e Paquistão); impedindo que o desenvolvimento de uma ampla e sólida política comum em segurança e defesa possa ser efetivado na Comunidade.

Na comunidade, o pensamento comum em segurança e defesa é tratado como uma preocupação dos países membros, materializado na adoção de políticas colaborativas entre si. Como exemplo disto, pode-se citar os projetos de reestruturação das polícias dos países insulares do Pacífico, sob o apoio de Estados mais fortes como a Austrália e a Nova Zelândia. Assim, com fortalecimento da segurança interna dos seus membros, considerados menos capacitados, a organização colabora com a estabilidade regional e a paz mundial (Prasad, 2006).



Armando Marques Guedes (*op. cit.*) complementa que, de forma geral, a *Commonwealth* é geograficamente contínua e centrada numa série de grandes Estados (o RU, o Canadá, a Austrália, e a Nova Zelândia, bem como a Índia e o Paquistão), com estratégias amplamente partilhadas de segurança e defesa, pelo menos entre alguns dos seus EM.

Isso ratifica a importância desta componente na Comunidade e a atuação desses países mais relevantes para, mediante sua força centrípeta, desenvolver um pensamento comum em segurança e defesa, pelo menos setorialmente.

Dessa forma, a Política Industrial de Defesa do Reino Unido (2017) destaca que o seu principal objetivo é o fornecimento de tecnologia, equipamentos, infraestruturas para as suas Forças Armadas, de aliados e parceiros, sendo capaz de contribuir para a dissuasão militar, resiliência e interoperabilidade dos aliados.

Países como Índia, Canadá e Austrália, membros da *Commonwealth*, encontram-se entre os maiores importadores de produtos de defesa do Reino Unido, considerando o período de 1996 a 2018 (ver figura 6). Neste mesmo período, países como Malásia, Cingapura e África do Sul, todos pertencentes a esta OI, também destacam-se na importação destes materiais britânicos (Sipri.org, 2019). Face a esta evidência, se pode observar que o Reino Unido utiliza a Comunidade para incrementar a sua já pujante IDN, estabelecendo transações comerciais dos seus produtos de defesa para ampliar suas parceiras e constituir uma rede de aliados que consumam tais produtos e solidifiquem os laços de interação em segurança e defesa, podendo com isso ser um bom exemplo a ser seguido pelo Brasil, nas mesmas condições, na CPLP.

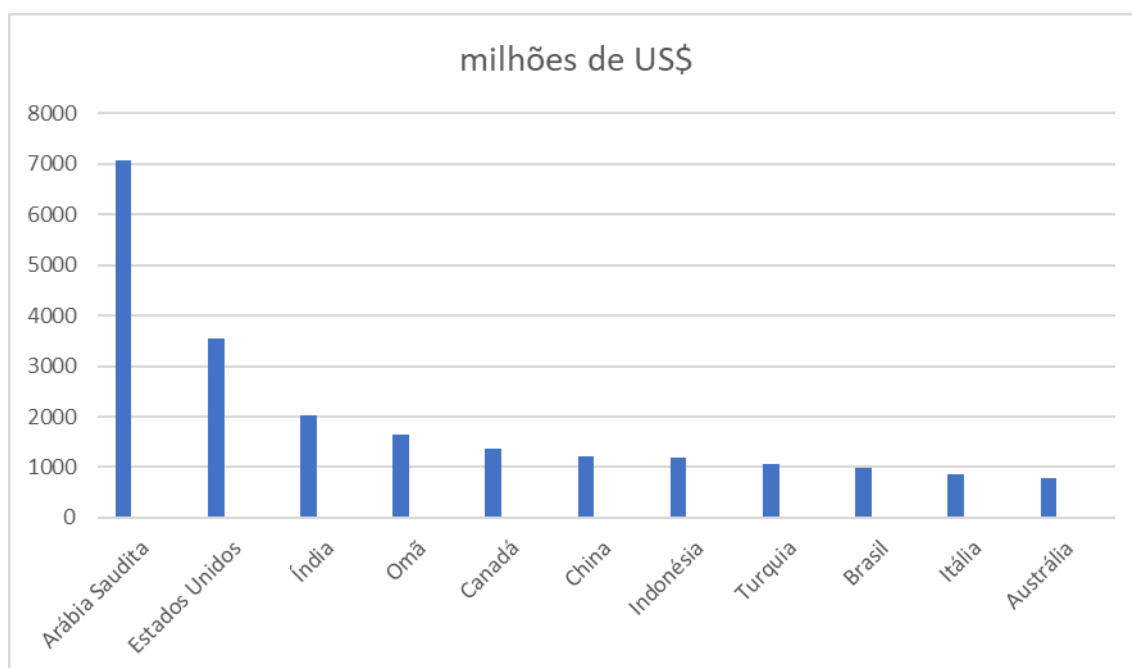


Figura 6 – Exportações de produtos de defesa do Reino Unido de 1996 a 2018

Fonte: Sipri.org, 2019

Neste contexto, afirmações como: “[...] nós estamos comprometidos em ajudar os Estados pequenos e em desenvolvimento na *Commonwealth*, incluindo as necessidades particulares como [...] desafios de segurança e na construção de sua resiliência para o futuro [...]” (Commonwealth, 2013); são capazes de ratificar a magnitude e o comprometimento com a cooperação entre os EM desta Organização para enfrentar as ameaças atuais e a visão colaborativa de auxílio entre os membros da Comunidade, tendo o Reino Unido um papel central.

Neste contexto, há iniciativas que contemplam não uma mútua defesa ou defesa compartilhada, mas sim uma preocupação quanto à fragilidade de alguns Estados-membros em não possuírem condições evidentes de defesa dos seus territórios. Este é o caso do *Five Power Defense Arrangements* (1971), que reúne cinco membros da Comunidade com o compromisso de prestar apoio técnico-militar para a proteção de Singapura e Malásia. Esses acordos multilaterais desenvolvidos pelo Reino Unido, Austrália, Malásia, Nova Zelândia e Singapura estabelecem uma série de atividades conjuntas e combinadas de cooperação e de decisões estratégicas, na área de defesa, que demonstram a evolução de um pensamento comum nesta componente entre determinados membros da Organização (Tossini, 2017).

A estratégia de uma ciberdefesa comum é uma outra grande demonstração no avanço da unidade de pensamento, em temas focais que existe na *Commonwealth*. No seu Princípio 3 afirma que “[...] os membros agirão individual e coletivamente para combater o cibercrime



[...] para proteger suas infraestruturas críticas nacionais compartilhadas [...], trabalhando de forma colaborativa entre os Estados [...]” (Commonwealth, 2015, p. 4).

Estas afirmações foram concretizadas em 2018, com a criação da *Commonwealth Cyber Declaration*, que previu também um apoio britânico de cerca de 15 milhões de libras para os países menos desenvolvidos da Comunidade incrementarem as suas capacidades de defesa cibernética (Commonwealth, 2018). Tudo isso ratifica o papel de liderança e destaque desempenhado pelo Reino Unido no fortalecimento da segurança e defesa da Organização

Para o Reino Unido os postulados de segurança e defesa servem para proteção dos cidadãos, promoção da prosperidade e para, em termos dessa investigação, para projeção de influência global, alcançada pela cooperação e pelas relações de segurança e defesa multilaterais (UK, 2015, p. 3). Assim, a *Commonwealth* fornece um canal atrativo para que o país, de forma pragmática, influencie os outros EM, mediante suas visões e perspectivas de segurança e defesa, o que colabora para o alcance de um pensamento comum nesta temática e sob sua apreciação, podendo esta iniciativa ser vista como o futuro da CPLP.

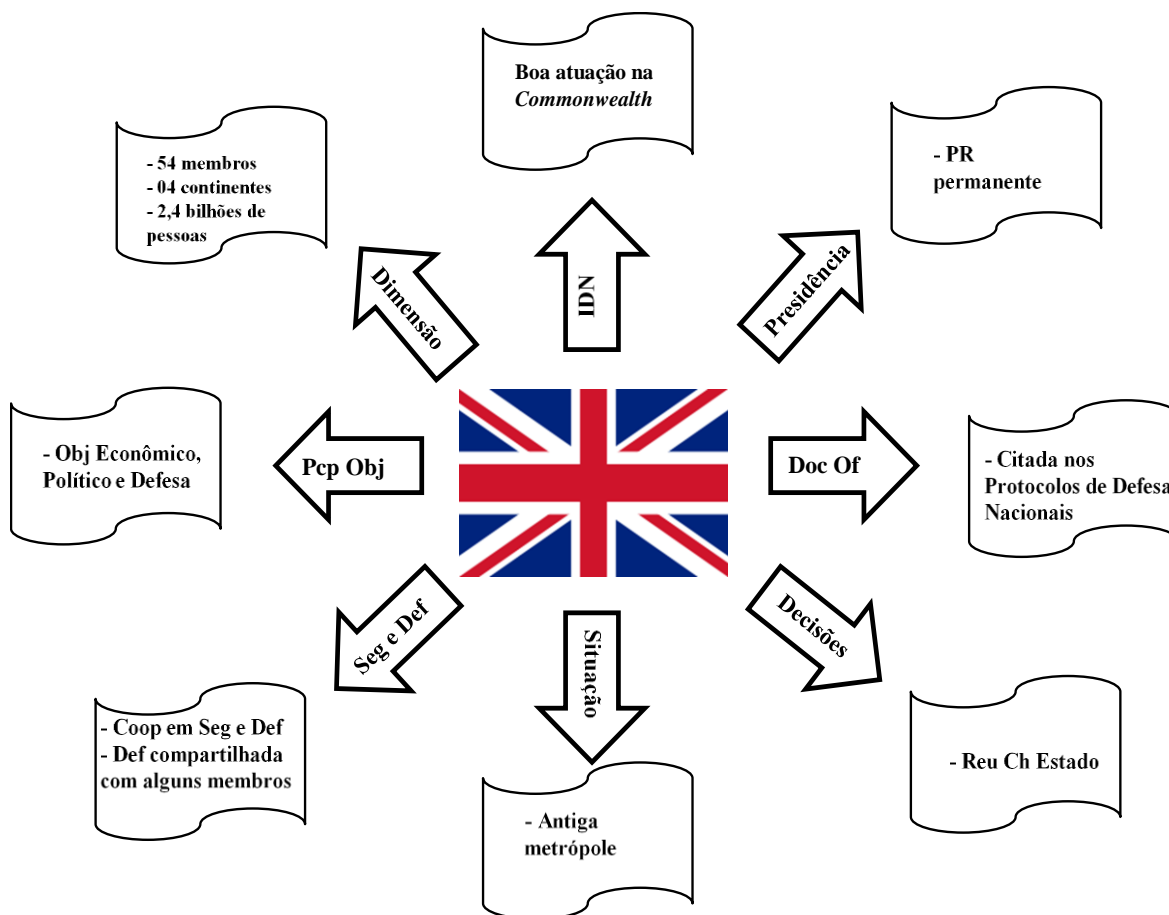


Figura 7 – Reino Unido e a *Commonwealth*



Assim, conclui-se, que o Reino Unido desempenha um papel de grande destaque e liderança na *Commonwealth*, preponderantemente, por ser a antiga metrópole de grande parte dos EM. Além disso, concentra as maiores capacidades de apoio financeiro para projetos de outros Estados; contempla em sua política de defesa a importância da Comunidade para as ações securitárias; possibilitando, inclusive, um fórum de avaliação para possível proteção territorial de Estados considerados mais frágeis. O Reino Unido é, assim, capaz de conduzir as ações na componente segurança e defesa de forma bastante objetiva e direcionada aos seus interesses na Comunidade, sem no entanto, atingir um improvável pensamento comum.

3.2 O papel desempenhado pela França na *Organisation Internationale de la Francophonie* (OIF) para o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa

A OIF é originária da Agência de Cooperação Cultural e Técnica (ACCT) de 1970. Baseia-se na promoção da língua francesa e nas relações cooperativas entre 88 EM, normalmente discutidas por meio das Cúpulas de Chefes de Estados. Para o seu fortalecimento, foi lançada a Carta da Francofonia (1997), que destaca a importância da cooperação multilateral francófona, em diversos setores, de entre os quais a segurança e defesa (Francophonie.org, 2019).

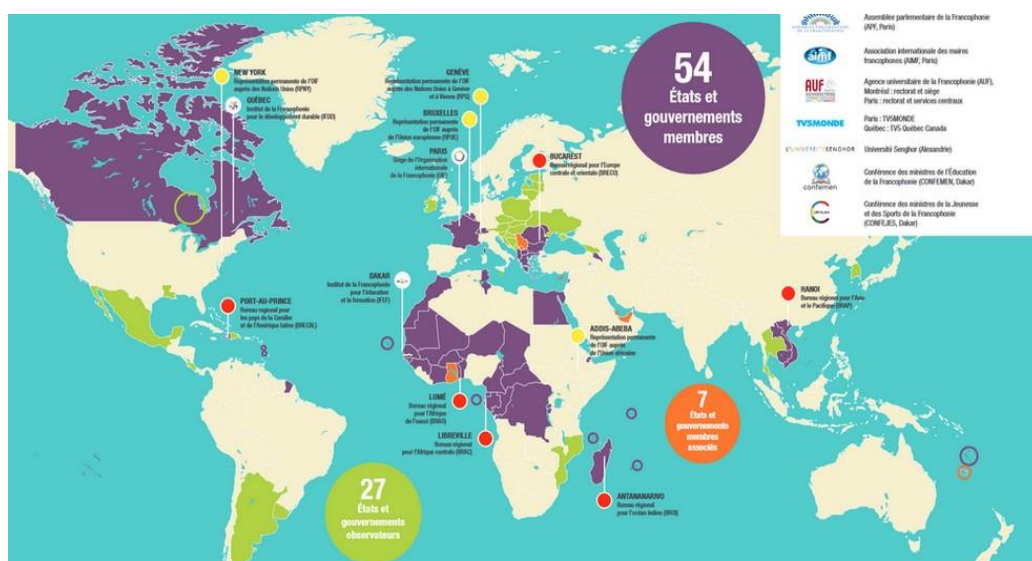


Figura 8 - Países da *Francophonie*

Fonte: (Francophonie.org, 2019)



Composta, basicamente, por ex-colónias francesas, a Comunidade tem países membros nos cinco continentes, compreendendo mais de 300 milhões de pessoas. O cargo de Secretário-Geral é realizado em sistema de rotação, como na CPLP, sendo atualmente desempenhado por um representante da Armênia.

Os assuntos de segurança e defesa da Comunidade são discutidos e decididos anualmente durante as Conferências Ministeriais da Francofonia (CMF). Nelas, tópicos específicos como a participação de países francófonos em operações de manutenção de paz e programas de cooperação, por exemplo, são discutidos e resoluções emitidas com parecer da Comunidade (Francophonie.org, 2019). Atento a esse facto, de maneira conjunta, se induz, embora não de forma tão consistente, ao desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa na OIF.

A Cooperação em Segurança e Defesa (SSDC) é um componente de bastante relevância da ação diplomática francesa. É implantada em todos os continentes, com diferenciação, sob suas linhas de interesse. Por exemplo, na África Sub-Sahariana, atua com projectos em parcerias, por meio de escolas e centros de formação na área de manutenção da paz, sendo aberta, principalmente aos países francófonos. Na África do Norte e Oriente Médio, a cooperação contribui para fortalecer as capacidades de segurança dos parceiros do Estado francês. Além disso, na Ásia e na América Latina, o esforço está sendo feito para o fortalecimento de uma comunidade de manutenção da paz (Gouvernement.fr, 2017).

Dessa forma, pode-se observar que a cooperação em segurança e defesa da França no mundo, com destaque para a África, tenta privilegiar os seus parceiros globais, incluindo neste grupo os francófonos para a manutenção de um alinhamento de percepções dessa componente no seio da Comunidade.

A Declaração do Comitê de Segurança Estratégica Francês, em 2018, emitiu observações sobre o nível de cooperação em segurança e defesa a ser desenvolvido nos momentos vindouros pelo Estado. Esta Declaração aborda que grande prioridade deverá ser dada aos Estados frágeis e falhados, especialmente na África, em termos de incremento do nível de apoio técnico e até mesmo com aportes financeiros que sejam capazes de evitar e mitigar conflitos presentes. Não cita especificamente a OIF como vetor desta percepção, comprovando o pragmatismo com que a França trata os seus assuntos de segurança e defesa, considerando o cenário e as ameaças que possam lhe afetar em detrimento a formação de um pensamento comum em segurança e defesa com os parceiros da Organização francófona.

Sob esta constante preocupação com a segurança e defesa na África e como projeção de forças, utilizando da sua influência na organização francófona, e de forma divergente ao



que ocorre na CPLP, a França mantém um grande contingente militar neste continente. São mais de 4.000 (quatro mil) militares em bases permanentes no Senegal, Costa do Marfim, Gabão e Djibouti. Além disso, há miliares franceses também no Mali, Níger, Burkina Faso e Mauritânia, por exemplo, permitindo ao Estado francês um grande poder de influência nesses países da *Francophonie*, fornecendo-lhe a capacidade de moldar um pensamento comum em segurança e defesa, sob o seu ponto de vista, bem como projetar sua intervenção nas suas antigas colónias ultramarinas (Vallin, 2015, p. 100).

“[...] o investimento na francofonia em África sempre foi pragmático e realista, materializando-se ainda hoje num vasto espaço de interesse estratégico, político, económico e cultural, gerador de dependências estratégicas e concretas contrapartidas para a França [...]” (Pinheiro, 2006). Desse modo, demonstra a não preocupação com o desenvolvimento de um pensamento comum, mas sim uma estratégia francesa em alinhar os membros francófonos africanos sob suas perspectivas e interesses no âmbito da segurança e defesa.

Além disso, a criação da Rede Internacional de Formação de Polícia Francófona (FRANCOPOL), no ano de 2002, por iniciativa da Departamento de Relações Internacionais e Protocolo do *Sûreté du Québec* e da Diretoria de Treino da Polícia Nacional Francesa foi uma importante iniciativa no âmbito da segurança na Organização. Esta rede possui como principais objetivos criar um fórum de intercâmbio e colaboração entre os serviços policiais, em língua francesa, na área de treino policiais e similares, contribuindo para o desenvolvimento e a integração neste campo no seio da *francophonie*, com fundamental protagonismo do Estado francês para o desenvolvimento e manutenção de uma visão comum sobre o assunto (Francopol, 2019).

No tocante à produção de defesa, analisado o volume de vendas desses materiais para o mundo entre 1996 e 2018, pode-se observar que Marrocos, Grécia e Egito; países integrantes da OIF, se encontram entre os dez maiores compradores. Além disso, países como Bélgica, Albânia e Canadá, de entre outros integrantes da Organização, também ocupam lugar de destaque na tabela de exportações de produtos de defesa francês (Sipri.org, 2019). Logo, percebe-se que a França utiliza da sua influência na Comunidade para realizar negócios com muitos dos seus membros para gerar valores, que contribuem para o impulso da sua IDN, podendo tal conduta ser seguida pelo Brasil na CPLP.

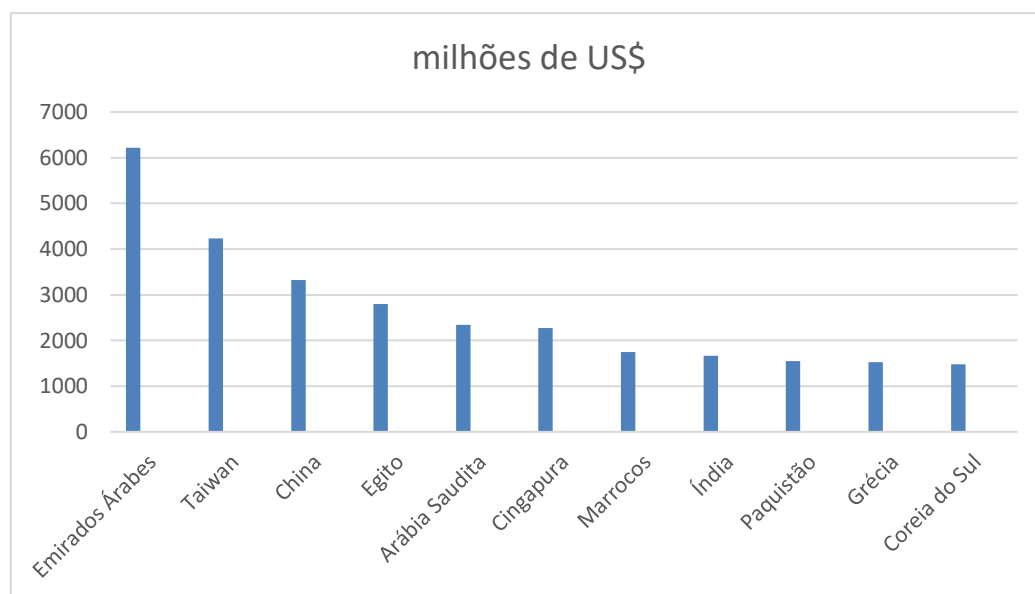


Figura 9 – Exportações de produtos de defesa da França de 1996 a 2018

Fonte: (Sipri.org, 2019)

A OIF tem desenvolvido uma plataforma digital para apoio de uma maior participação dos seus EM em Operações de Paz. Consolidou uma estratégia operacional pela internet destinada a amplificar as capacidades dos EM. A Rede Francófona de Especialização e Treino para Operações de Paz (REFFOP) constitui um centro de partilha de experiência para potencializar capacidades em operações de paz, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), constituindo um esforço para a obtenção de um pensamento comum francófono nesta componente. Complementarmente, a França sedia instalações no seu território para crescente suporte operacional destas missões, podendo servir de modelo para o Estado Brasileiro na CPLP. (Francophonie.org, 2019).

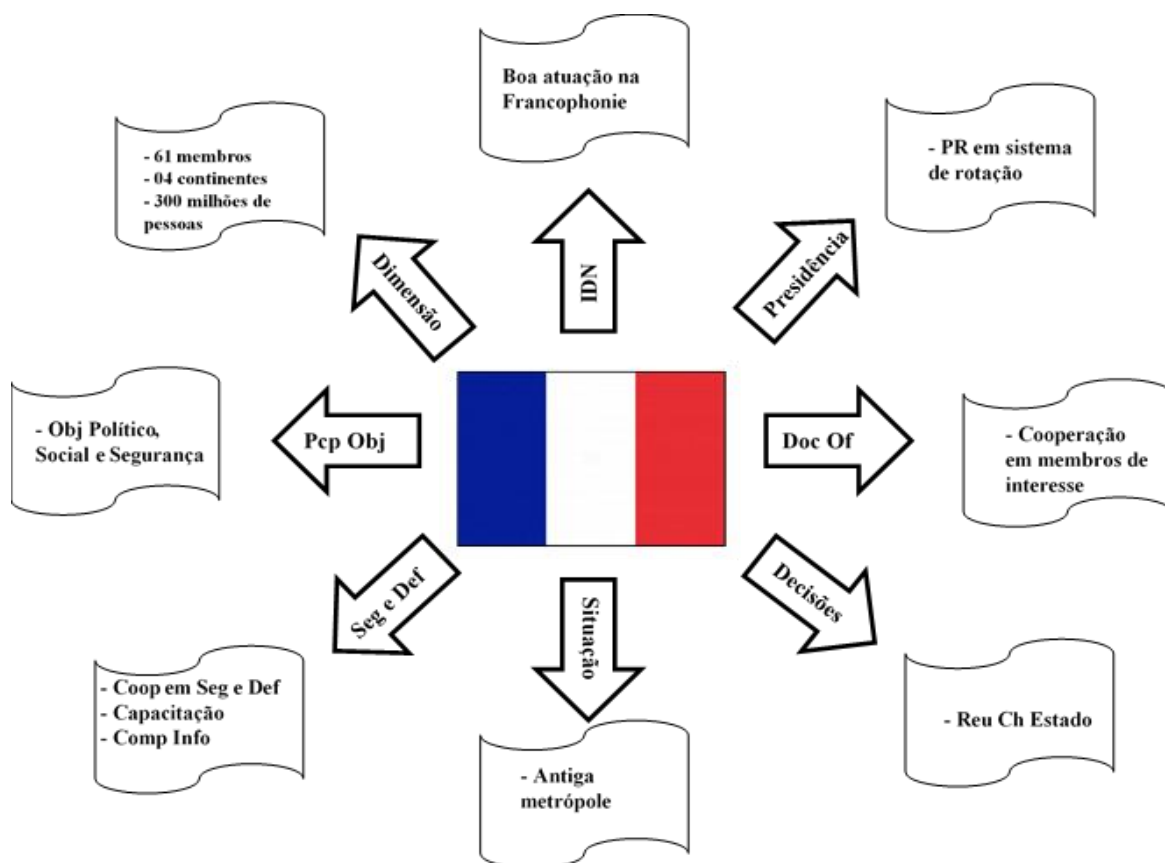


Figura 10 – A França e a Francophonie

Neste contexto, pode-se inferir que a França não adota uma política de pensamento comum de segurança e defesa no seio da OIF. Ela explora o vetor da cooperação como principal fonte de alinhamento de percepções, dentro de um quadro global, para a formação de um grupo de forças francês, que atenda especificamente aos seus objetivos como Nação. Assim, por ser o continente onde há o maior número de integrantes na Organização, a África tem um papel preponderante para a França desenvolver políticas, ditas comuns, em segurança e defesa na OIF, sob um lema de paz mundial; não se constituindo num genuíno desenvolvimento do pensamento comum em segurança e defesa.



4. O papel do Brasil no desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa na CPLP

Este capítulo irá analisar o papel do Brasil no desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa entre os países da CPLP para compreender a atuação brasileira e identificar as possíveis oportunidades de melhoria desta atuação.

4.1 A atuação brasileira no desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa na CPLP

O Brasil possui a maior população, a maior economia e as Forças Armadas mais numerosas da CPLP, conferindo-lhe um papel de grande relevância nas ações da Comunidade.

O país tem tido um importante desempenho em segurança e defesa desde a gênese da Comunidade. Tal situação é particularmente visível quando para 94% dos militares questionados, o país desempenha um papel relevante ou muito relevante para a formação de um pensamento comum em segurança e defesa na CPLP, demonstrando uma visão militar nacional sobre sua representatividade na Organização.

Tássio Franchi (*op. cit.*) afirma que, apesar de relevante membro, o Brasil não é o principal responsável pelo desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa entre os Países da CPLP. Ele pontua que, atualmente, Portugal, no papel de ex-metrópole, aparenta estar mais preocupada com as relações dentro da Comunidade, em especial, com os países africanos.

De igual forma, o Embaixador brasileiro Gonçalo Mourão (*op.cit.*) afirma que o Brasil não é o principal responsável pelo desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa. Para ele, o pensamento comum só pode ser atingido se todos assumirem igualmente a mesma responsabilidade. Obviamente, que cada EM, tem mais a aportar em um setor ou em outro, mas, o nível de responsabilidade deve ser o mesmo, pois ela não pode ser quantificada ou qualificada.

Nesse sentido, pode-se compreender que o próprio Estado brasileiro tem consolidada uma visão uniforme da sua importância e do seu papel para a consolidação da temática desta investigação, apresentada pelas perspectivas militar, académica e diplomática do país, acordando inclusivamente que o país não se encontra em posição de total responsabilidade para o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa e, sim, de compartilhamento desta responsabilidade entre os demais membros da CPLP.

Para Barroso (2011), assim como Portugal, o Brasil tem obrigações especiais no seio da Comunidade, especialmente, por sua dimensão económica, populacional e organização



social, o que pode potencializar a atuação da Comunidade no contexto internacional para o alcance dos seus interesses estratégicos.

Esta formulação, diverge do declarado por Saldanha Serra (*op. cit.*), afirmando que por ser a CPLP uma OI multilateral, o Brasil divide com os outros membros, quer em ideias e concepções, a responsabilidade da formação de um pensamento comum em segurança e defesa.

O Decreto nº 8.488/2015, 10 de julho de (2015), promulgado pelo Presidente Michel Temer ratifica o PCDD:

“[...] o Brasil entende que o Protocolo se destina à cooperação entre os EM da CPLP em tempos de paz, com vistas ao aprimoramento do setor de defesa, e não o considera uma aliança militar ou um mecanismo de assistência recíproca em casos de conflito armado. [...]” (Brasil, 2015).

Dessa forma, expressa que o país entende que a cooperação é o principal ponto de união entre as relações dos EM da CPLP, o que caracterizaria, o pensamento comum.

Somente após a criação de um Ministério da Defesa (1999), o Brasil declarou a sua disposição em tornar-se membro permanente da Reunião de Ministros da Defesa da CPLP. Não obstante, o país, desde então, tem desenvolvido um papel de grande relevância na Comunidade para uma congregação de esforços em prol do seu fortalecimento nesta componente (CPLP, 2000, p. 2). São Acordos firmados bilateralmente e multilateralmente com os EM, fortalecendo os laços de cooperação e estimulando visões comuns em segurança e defesa na CPLP.

Neste contexto, o Exercício FELINO é executado anualmente com a alternância da versão na carta e com tropas no terreno. Tem como objetivo preparar uma Força Tarefa Conjunta e Combinada entre os países da CPLP em missões de Apoio à Paz e/ou Ajuda Humanitária (Ministério da Defesa, 2017). O Brasil, além de participar de todos³, já sediou 04 (quatro) Exercícios FELINO desde 2000, sendo portanto, juntamente com Portugal, o EM que mais o abrigou no seu território, demonstrando alto grau de comprometimento no desenvolvimento de padrões comuns de cooperação e interoperabilidade entre as forças militares lusófonas.

Já no ano de 2003, como parte do Programa Integrado de Intercâmbio no Domínio da Formação Militar (PIIDFM) entre a CPLP para 2004, o Brasil foi responsável por 565 (quinhentas e sessenta e cinco) das 865 (oitocentos e sessenta e cinco) disponibilizadas entre

³ O Brasil participou do Exercício Felino no ano 2000 como observador (EMCGFA, 2011).



os EM para diversos cursos e estágios de formação militar, ratificando o envolvimento do Estado brasileiro com a cooperação na Comunidade (CPLP, 2003, p. 7). Tudo isso com a finalidade de fortalecer a formação dos quadros militares e incrementar a visão comum na Comunidade por meio de um maior nivelamento entre os seus membros.

Na X Reunião de Ministros da CPLP (2008), o Brasil disponibilizou a sua infraestrutura em matéria de preparação de tropas para Operação de Paz, no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) (CPLP, 2008, p. 4). À época, o país estava no quarto ano na liderança de missão de paz, sob égide da ONU, no Haiti e apresentava competência no assunto, sendo capaz de compartilhar, em boas condições, tal experiência com os EM da CPLP. Cabe destacar que esta disponibilidade poderia servir como um ponto de partida para que uma Força de Paz lusófona pudesse ser efetivamente formada sob base única de preparação.

A criação do Projeto África, em 2013, privilegiou a parceria entre países africanos e o Brasil na componente de segurança e defesa, especialmente, os integrantes da CPLP. Esse projeto tem oferecido ferramentas e capacitação para que os países parceiros do Estado brasileiro desenvolvam soluções próprias para os seus desafios, fortalecendo as expectativas e respostas para questões comuns em segurança e defesa no seio da Comunidade (Nápolis, 2016, p. 39).

Além disso, salienta-se, que na sua Estratégia Nacional de Defesa (END 2008), o Brasil declarou o interesse em incrementar as relações multilaterais existentes entre os países da CPLP, destacando isto como fundamentalmente importante tanto para a sua inserção internacional, como para o desenvolvimento de mecanismos pares para enfrentamento das ameaças comuns.

Ainda como fator de cooperação para o alcance de visões igualitárias, o Brasil propôs, em 2016, uma reunião das principais indústrias de defesa nacionais da CPLP e autoridades governamentais, tentando uma aglutinação de projetos de defesa comuns entre os Estados (CPLP, 2016, p. 4). Se analisado o período de 1996 a 2018, aprecia-se que de entre os EM da CPLP, apenas a Angola figura como um parceiro comercial importante dos produtos de defesa brasileiros (ver figura 11) (Sipri.org, 2019). Com efeito, depreende-se que a IDN brasileira pode amplamente incrementar essas relações comerciais na Comunidade.

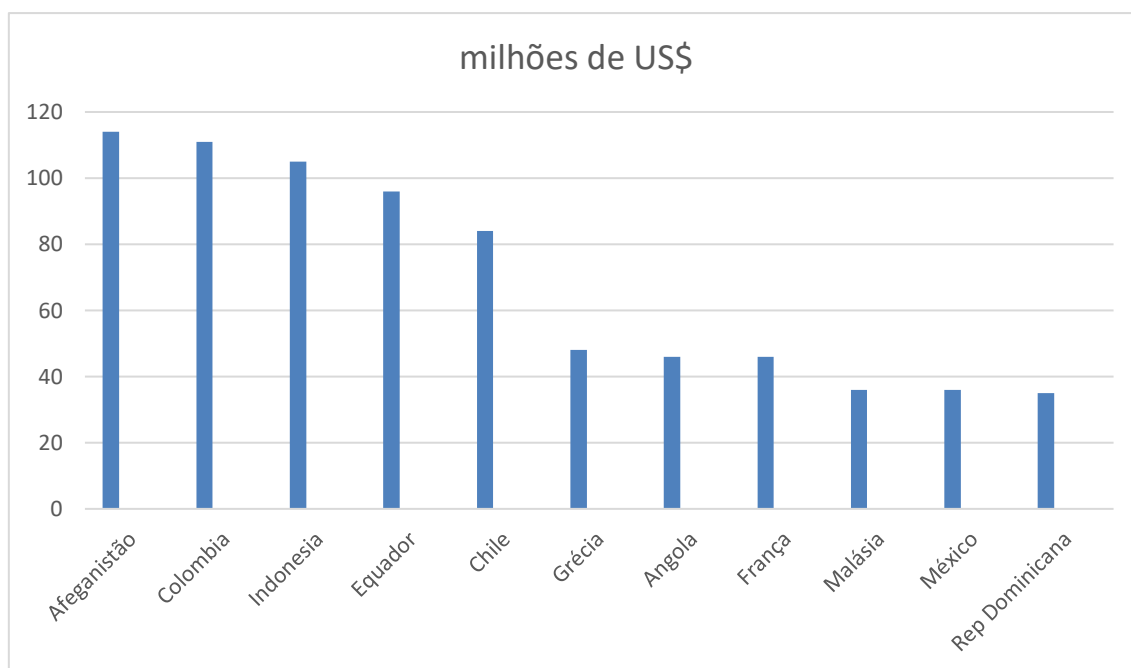


Figura 11 – Exportações de produtos de defesa do Brasil de 1996 a 2018

Fonte: (Sipri.org, 2019)

No ano de 2017, o Brasil, durante a XVIII Reunião de Ministros da Defesa da CPLP, apresentou a proposta para o estabelecimento de um mecanismo de resposta da CPLP em casos de catástrofes. O país comprometeu-se a preparar o documento que irá operacionalizar este protocolo, com amplo delineamento estratégico e um mapa de capacidades para cada tipo de catástrofe (Ministério das Relações Exteriores, 2018). Mais uma vez ficando evidenciado a disposição brasileira em desenvolver procedimentos comuns de resposta a crises que afetem os EM da CPLP.

Além disso, o acolhimento da Primeira Edição do Colégio de Defesa da CPLP em 2018 foi outra grande ação brasileira para o desenvolvimento de atividades comuns de cooperação entre a Comunidade, ratificando, mais uma vez, que o entendimento comum quanto às questões que envolvem a segurança e defesa no âmbito da CPLP necessitam de uniformidade e o país vem fornecendo significantes subsídios para o efeito (CPLP, 2018);

“[...] O Brasil tenta manter mecanismos bilaterais e multilaterais de cooperação no âmbito regional e com a tentativa de uma identidade sul-atlântica [...] para sua segurança e defesa [...] de entre esses mecanismos encontra-se a CPLP [...]” (Silva, 2019). Nesse sentido, o país acolheu o III e V Simpósio das Marinhas da CPLP, nos anos de 2012 e 2018 sendo o país que mais sediou este evento desde a sua criação em 2008, ratificando o seu compromisso em promover o diálogo a colaboração e o desenvolvimento de estratégias comuns na Comunidade.

Assim, pode-se inferir, que o país por ter grandes proporções territoriais, populacionais, económicas e militares vêm atuando de forma bastante destacada em ações, propostas e iniciativas da segurança e defesa no âmbito da CPLP. Embora ocorra pequenas divergências de percepções entre o meio militar e civil, o país tem a noção da importância da sua liderança para o desenvolvimento comum em segurança e defesa na Comunidade e isto é ratificado pelas cooperações bilaterais que possui ou até mesmo multilateral, como no caso da formação de militares no âmbito da Comunidade, suscitando o compromisso brasileiro na componente em tela no seio da CPLP.

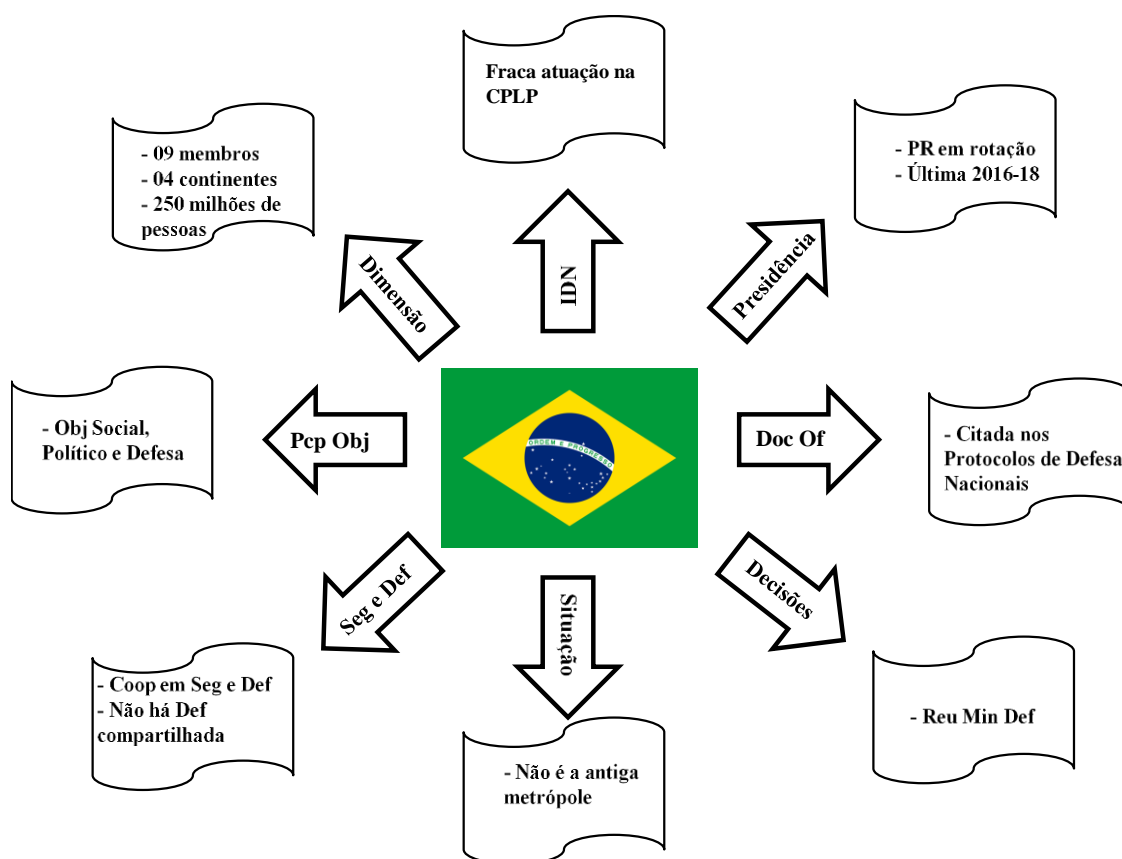


Figura 12 – O Brasil e a CPLP

4.2 As oportunidades de melhoria encontradas da atuação brasileira

Como pontuado no subcapítulo anterior, o Brasil possui destacada relevância na consolidação de um pensamento comum em segurança e defesa junto à CPLP. No entanto, durante o curso desta investigação foram observadas algumas oportunidades de melhoria que podem otimizar este desempenho brasileiro.

Para Tássio (*op. cit*), o Brasil não dá a devida importância à vertente defesa da CPLP, pois o país privilegia outras articulações parcerias regionais em suas relações internacionais,



não fixando apenas seu foco nesta Comunidade. Tássio acrescenta que parcerias no âmbito da Comunidade que envolvam as expertizes das FFAA e a BID podem ser incentivadas.

Para o Embaixador Gonçalo Mourão (*op. cit.*), a importância dada pelo Brasil é devida e solidificada pelas diversas iniciativas implementadas pelo país no âmbito da segurança e defesa da CPLP, fortalecendo o desenvolvimento de um pensamento comum. Para esse interlocutor, uma maior sincronização entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (Itamaraty) e o Ministério da Defesa seria uma importante oportunidade de se otimizar essa componente quanto ao entendimento principal e desejado pelo Estado brasileiro.

Do mesmo modo, há um desconhecimento por parte de determinado público nacional, especialmente militar. Segundo o inquérito estabelecido neste trabalho, embora 83,5% dos entrevistados afirmem conhecer a CPLP, 63% dos militares com Curso de Estado-Maior afirmam não conhecer a sua componente de defesa, o que demonstra grande desafio para a Comunidade.

Logo, tornar a CPLP mais perceptível e compreensível ao seu público interno configura-se em uma fundamental oportunidade de melhoria.

Além disso, para Gonçalo Mourão (*op. cit.*), o Brasil pode fortalecer a tomada de posições comuns dos países membros nos OI, formando um grupo de forças no âmbito internacional pela conjugação e agregação de interesses. Isso inclusive, sob a perspectiva do Embaixador poderia culminar com que as Forças Militares da CPLP pudessem assumir posições a níveis mundiais, como missões sob a égide da ONU, por exemplo.

A intensificação do intercâmbio militar entre os países integrantes da CPLP é vista como uma outra importante oportunidade de melhoria. Para Gonçalo Mourão, (*op. cit.*) essa intensificação na área de ensino colabora para o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa dentro de um quadro de diferenças regionais, servindo como um nivelador de experiências.

No tocante às condições comerciais, uma maior agregação das Indústrias Nacionais de Defesa da Comunidade contribuiria para a interoperabilidade, fornecendo ao país a possibilidade de ampliação de seu portfólio comercial entre os EM da CPLP.

Isto também é percebido por Bernardino (*op. cit.*), que indica a necessidade de se incrementar a complementariedade da economia de defesa na CPLP, tendo o Brasil fundamental destaque neste ponto.

Para Bernardino (*op. cit.*), a designação de pessoal para compor o SPAD é fundamental na atuação brasileira para o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa na CPLP. No entanto, o entrevistado realça que para isso acontecer é necessária uma



mudança da própria estrutura do Secretariado. Estas alterações são desde sua infraestrutura física, quanto de seu quadro organizacional, que deve ser multinacional; e até mesmo de “*budget*”, onde o Brasil poderia ter maior participação. Ele acrescenta que o fomento à criação de uma rede de vídeos, com mais frequente compartilhamento de informações entre os NN é uma outra oportunidade a ser incrementada pelo Brasil nesta temática. Outro ponto é a possibilidade de criação de missões de observadores militares da CPLP, que poderiam prestar assessoria na área de segurança e defesa, o que dinamizaria esta componente. Além disso, refere-se à necessidade de criação de objetivos de médio e longo prazo para a Comunidade, que contribuiria na adoção de uma visão estratégica da atuação da CPLP no contexto internacional, fortalecendo a visão comum em segurança e defesa.

Para Saldanha Serra (*op. cit*), o Brasil necessita suscitar, junto aos restantes membros, um processo próprio e dedicado à definição deste pensamento, estabelecendo objetivos, metas e prazos de concretização, partindo da estrutura que já existe no CAE e NN. Dentro desta perspectiva, o Brasil impulsionaria uma estratégia, que conduziria ao pensamento comum.

Assim, conclui-se, que há uma série de oportunidades de melhoria que podem ser observadas e que contribuiriam para o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa entre a CPLP dentro de um contexto do papel brasileiro e elas se revestem de um grande desafio para seu pleno intento.

4.3 Propostas para a o aprimoramento do papel do Brasil no desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa na CPLP

Da análise dos capítulos e subcapítulos anteriores foram elaboradas propostas plausíveis para que o Brasil possa incrementar a sua atuação na Comunidade lusófona no desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa.

Tabela 1- Propostas para a atuação brasileira no desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa na CPLP

Indicadores	Carência verificada	Propostas
A	- Necessidade da RDTL e da Guiné Equatorial em habilitar civis e militares em língua portuguesa.	1)Aumentar a oferta de professores de português para civis e militares destes países.
B	- Desconhecimento de grande parte dos militares brasileiros da componente de defesa da CPLP.	2) Ministras nas Escolas Militares instruções específicas sobre a Comunidade, especialmente, sobre a sua componente de defesa.



C	- Disparidade entre os níveis de formação militar dos diversos membros da CPLP.	3) Incrementar o Projeto de Formação Militar, ampliando o número de vagas para os países-membros.
	- Não existência de uma Rede Lusófona de Formação Policial e de compartilhamento de informações, como a OIF possui.	4) Criar uma Rede de Formação de Polícia lusófona para compartilhamento de informações de segurança pública. 5) Aumentar a oferta para a formação de policiais lusófonos nos cursos ministrados no país.
D	- Necessidade da complementariedade de experiências nacionais e regionais vividas, conforme a OIF.	6) Compartilhar de forma mais ampla a experiência de emprego das FFAA em Operações de Garantia da Lei e da Ordem entre os países da CPLP.
	- Não existência de um pensamento estratégico na CPLP, conforme verificado em entrevista.	7) Ampliar o desenvolvimento do intercâmbio doutrinário.
E	- Necessidade de criação de uma Força de paz lusófona, como a França desenvolve em seu território para a OIF e citado em entrevista.	8) Disponibilizar a estrutura do CCOPAB em maior escala para os países lusófonos. 9) Criar uma rede de comunicação entre os CAE dos países.
F	- Não existência de um pensamento comum em segurança e defesa entre os países membros da CPLP, conforme verificado nas entrevistas.	10) Ampliar o intercâmbio de ensino em todas as Escolas militares tanto de formação quanto de especialização.
G	- Não existência de uma Estratégia para os mares na CPLP, conforme pontuado por Moçambique.	11) Fomentar a criação de um Exercício Naval no contexto do Oceano Atlântico.
	- Única Operação multinacional existente, diferentemente do que o Reino Unido desenvolve na <i>Commonwealth</i> .	12) Criar condições para aumentar o número de Operações Conjuntas e Combinadas entre os EM
H	- Não há uma Força de Paz lusófona, como a França desenvolveu na OIF e citado em entrevista.	13) Criar uma Força de Paz lusófona para missões sob a égide da ONU. 14) Criação de uma Força Militar de Observadores ou assessores em projetos de interesse da Comunidade.
I	- Ausência de maior envolvimento político nas questões de segurança e defesa, de acordo com entrevistas realizadas.	15) Participação de maior enlace do Itamaraty e Ministério da Defesa.
		16) Fomentar a criação de um de grupo de força da CPLP em OI para assuntos de segurança e defesa.
		17) Aumentar a prioridade ao nível político da componente de segurança e defesa
J	- Países membros da CPLP tem fraca participação nas exportações de produtos de defesa brasileiros, conforme análise documental da OIF e <i>Commonwealth</i> .	18) Identificar a possibilidade da complementariedade dos produtos de defesa nacionais com as reais necessidade dos países lusófonos.
		19) Aumentar a participação dos países lusófonos nas transações comerciais da IDN, por meio de uma maior divulgação de tais produtos.
K	- Ausência de uma estratégia comum em segurança e defesa na CPLP, de acordo com entrevista realizada.	20) Fomentar a criação de uma estratégia comum em segurança e defesa na CPLP.
	- Não existência de uma Estratégia para os mares na CPLP, conforme pontuado por Moçambique.	21) Fomentar a criação de uma Estratégia para os Oceanos.
	- Não existência de uma Política/Estratégia comum para a Cyberdefesa, como a <i>Commowearth</i> possui.	22) Criar uma Política/Estratégia comum de Cyberdefesa, aproveitando a estrutura do Centro de Defesa Cibernética.
L	- Ausência de apoio financeiro ao SPAD da CPLP, como relatado em entrevista.	23) Fornecer aporte financeiro ao <i>budget</i> do SPAD.
M	- Ausência de pessoal no SPAD, conforme entrevista.	24) Fornecer pessoal para compor o SPAD.



Conclusões

No presente trabalho de tema “O papel do Brasil no desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa entre os países da CPLP”, propôs-se a analisar as atividades desenvolvidas pelo Estado brasileiro nessa temática. Além disso, pela análise dos dados recolhidos percebeu-se as principais oportunidades de melhoria a serem empreendidas.

O Brasil desempenha um papel muito importante no desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa na CPLP, não se constituindo num protagonismo acentuado como alguns países desenvolvem nas outras OI estudadas. Atenta à sua dimensão económica, social e militar; é natural que a liderança brasileira em determinados projetos ao nível da segurança e defesa seja plenamente verificada. No entanto, algumas oportunidades de melhoria foram constatadas e que podem subsidiar o entendimento das outras nações sobre o Brasil quanto aos seus procedimentos na CPLP.

Neste contexto, no primeiro capítulo procurou-se explicitar o Estado da Arte e a Metodologia aplicada à pesquisa, tendo sido explicadas as principais fontes que serviram de base para o desenvolvimento do trabalho com a finalidade de responder a QC que o envolvia.

A recolha de dados foi baseada na análise documental de publicações realizadas sobre o assunto, tanto de fontes oficiais como a CPLP, a OIF, a *Commonwealth*, do Governo Federal Brasileiro, de entre outras Instituições que abordam a temática. Houve também entrevistas semiestruturadas, com indivíduos de notório saber, sobre a segurança e defesa da CPLP e o papel do Brasil. Estas pessoas foram elencadas por serem personalidades integrantes do corpo diplomático e do meio académico brasileiro, da estrutura de defesa da CPLP e do grupo de estudiosos e influentes no assunto de âmbito mundial. A revisão bibliográfica foi realizada durante todo o trabalho, o que permitiu a utilização dos dados obtidos nos capítulos dois, três e quatro, fortalecendo os argumentos postulados em todo o corpo desta pesquisa.

Visando organizar o pensamento e estruturar o racional empregue para esta investigação, o modelo de análise utilizado foi construído com base no método *benchmarking*, do tipo funcional. Assim, foram estabelecidos indicadores que balizaram a investigação e selecionadas as OI de interesse para a análise, no caso a *Commonwealth* e a OIF. As melhores práticas foram elencadas, no que se refere às atuações do Reino Unido e da França, no desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa na Organizações supracitadas, respetivamente. Ainda houve o estudo sobre a atuação do Brasil na temática da investigação, particularmente sobre as suas ações desenvolvidas, verificando



as diferenças e identificando os capacitadores, responsáveis pelos resultados das OI no desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa. Ademais, houve a identificação das oportunidades de melhoria decorrentes dessa atuação, tentando apresentar opções para que o Brasil otimize ainda mais a sua participação na consolidação do que julga-se ser o mais próximo de um pensamento comum em segurança e defesa entre os países da CPLP.

Logo, no segundo capítulo foi analisado o pensamento comum em segurança e defesa existente na CPLP; o que respondeu a QD1. Nele tentou-se identificar as principais ideias que o caracterizam, identificando, inicialmente, por meio da apresentação do PCDD, que estabelece os três objetivos específicos, que servem de orientadores para a condução das ações da componente de defesa da Comunidade. Neste contexto, as palavras “*cooperação*” e “*comum*” surgem como um destino natural para a CPLP em termos de desenvolvimento de um pensamento comum. Deu-se também uma definição de como o pensamento comum deve ser visto no seio da Organização, buscando afastar qualquer outra interpretação que não seja a que baliza o estudo neste trabalho.

Neste mesmo capítulo se observa, pelas declarações apresentadas, que os países entendem que o pensamento comum pode ser alcançado por meio de um incremento da cooperação mútua, onde os interesses nacionais e as reais necessidades regionais possam ser satisfeitas com a congregação de propósitos.

Após a análise de documentação, entrevistas semiestruturadas e fontes diversas, concluiu-se que o pensamento comum em segurança e defesa entre os países da CPLP ainda não está consolidado, não existindo, portanto, de forma plena. No entanto, a sua construção é visualizada e possível.

No capítulo três foi descrito o papel desempenhado pelo Reino Unido e pela França no desenvolvimento de um pensamento comum na componente Segurança e Defesa da *Commonwealth* e da *Francophonie*, respectivamente; respondendo a QD 2. Esta análise, estudou as principais ações do Reino Unido e da França que pudessem suscitar o desenvolvimento desse pensamento comum, finalizando com uma visão geral da atuação destas nações.

Assim, pode-se concluir que na *Commowealth* o alcance de um pensamento comum em segurança e defesa é particularmente inviável, pela Comunidade possuir dois grandes Estados que se declaram inimigos, nomeadamente a Índia e o Paquistão; além da Comunidade não possuir uma componente de segurança e defesa tão consolidada quanto à CPLP. O Reino Unido, ao deter a Presidência do Organismo desde a sua criação, não



incentiva uma maior pluralidade nas decisões, dificultando a formação de um pensamento comum, pautando sua atuação numa lógica ainda colonial, onde os seus interesses devem balizar as decisões implementadas nesta Comunidade.

Por sua vez, a OIF, que também tem grande expressão mundial em termos de capilaridade nos continentes, em especial o africano, baseia a sua lógica, primordialmente, sob o ponto de vista da França, ex-metrópole, de quase todos os outros membros. De forma diversa à *Commonwealth* e similar à CPLP, a presidência deste OI é feita por meio de revezamento, onde todos os países tem a mesma oportunidade, facilitando pela maior pluralidade na formação de um pensamento comum em segurança e defesa. No entanto, como na organização britânica, a OIF não possui uma componente de segurança e defesa consolidada como a CPLP. A França não tenta estabelecer esse um pensamento comum na OIF, brinda em suas políticas de cooperação em segurança e defesa os países da Comunidade, no entanto, não de forma exclusiva com projetos específicos para tal efeito. As suas intervenções são sempre baseadas na projeção dos seus interesses.

De forma geral, a OIF aproxima-se mais do modelo que se deseja para a CPLP, principalmente por manter uma influência nos OI, em especial, para liderar missões nas Nações Unidas sob uma visão francófona, o que é, possivelmente, uma das maiores e mais legítimas aspirações da Organização da língua portuguesa no momento.

Como análise final, o capítulo quatro tentou identificar o papel do Brasil para o desenvolvimento do pensamento comum em segurança e defesa entre a CPLP; atendendo a resposta da QD 3 e descrevendo as principais ações do Brasil nesta temática. Este capítulo procurou também identificar as oportunidades de melhoria da atuação brasileira e estabeleceu 24 propostas para o país incrementar sua atuação no desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa na CPLP, de entre as quais destacam-se: ministrar nas Escolas Militares brasileiras instruções específicas sobre a CPLP, especialmente, sobre a sua componente de defesa; criar uma Rede de Formação de Polícia lusófona para compartilhamento de informações de segurança pública; disponibilizar a estrutura do CCOPAB em maior escala para os países lusófonos; fomentar a criação de um Exercício Naval no contexto do Oceano Atlântico; criar uma Força de Paz lusófona para missões sob a égide da ONU e fomentar a criação de uma estratégia comum em segurança e defesa na CPLP.

Dessa forma, a terceira QD foi respondida, o que leva a QC encontrar a sua resposta, convergindo para uma solução plena dos objetivos propostos no início da investigação.



Nessa conclusão, destaca-se a importância das propostas feitas, que se configuram, especialmente, para o público brasileiro perceber a sua atuação e relevância dentro dos assuntos em segurança e defesa na Comunidade. De forma semelhante, aos outros países membros desta OI, este trabalho tem elevada importância para poder entender como o meio militar, acadêmico e diplomático brasileiro, representados aqui nesta investigação, pensam e compreendem suas atuações para tentar extrair do Brasil o seu melhor potencial de cooperação.

Por fim, a CPLP, como um recente OI tem muitos aspectos a evoluir. A sua componente de defesa tem apresentado resultados bastante animadores, mas que podem ser aperfeiçoados com um maior envolvimento de seu Estado-membro mais pujante, que com uma atuação mais estrategicamente pragmática pode liderar o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa de entre os seus integrantes.



Bibliografia

- Abdenur, A. E., & Neto, D. M. (2014). O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 57, 5 - 21.
- Angeloni, M. T. (jan-abr de 2003). Elementos intervenientes na tomada de decisão. *Ciência da Informação*, 32, 17-22.
- Barroso, L. F. (agosto-setembro de 2010). A Evolução da CPLP na Segurança e Desenvolvimento do Continente Africano: A Relevância do Instrumento Militar e o Papel de Portugal. *Revista Militar*, 2503-2504(2503-2504). Fonte: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/592>
- Bat, J.-P. (2010). Le rôle de la France après les indépendances. Jacques Foccart et la pax gallica. *Afrique contemporaine*, 43-52.
- Bernardino, L. (2016). *Uma nova visão estratégica da defesa para a CPLP*. Lisboa: Centro de Estudos Internacionais.
- Bernardino, L. M. (15 de março de 2019). O papel do Brasil no desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa entre a CPLP. (F. L. Prazeres, Entrevistador)
- Bernardino, L. M., & Azevedo, F. D. (2015). A nova identidade da CPLP no domínio da defesa: Impactos para a centralidade geoestratégica de Portugal. *Lusíada. Política Internacional e Segurança*, 12, 101 - 125.
- Bernardino, L., & Leal, J. d. (2011). *A arquitetura de Segurança e Defesa da CPLP*. Lisboa: EUROPRESS, Editores e Distribuidores de Publicações, Ltd.
- Bernardino, L., & Leal, J. S. (2011). *A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996 - 2011)*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- Bhatia, K. (2015). *Em um Pacto de Defesa da Commonwealth Contemporânea*. Canadá: NATO Association of Canadá. Acesso em 02 de abril de 2019, disponível em <http://natoassociation.ca/on-a-contemporary-commonwealth-defence-pact/>
- Bourne, R. (Junho de 2010). Commonwealth of Nations: Estratégias Intergovernamentais e Não Estratégias Intergovernamentais e Não governamentais Humanos em uma Instituição Pós-colonial. *SUR - Revista Internacional dos Direitos Humanos*, 7, 37 - 55.
- Brasil. (2015). *Decreto 8.488*. Brasília: Brasil.
- Brasil. (2016). *Estratégia Nacional de Defesa* (3 ed.). Brasília: Ministério da Defesa.



- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods* (4^a ed ed.). Oxford: Oxford University Press.
- CAE. (2015). Identidade da CPLP no domínio da defesa. São Tomé: CPLP.
- Claire, A. (2003). *The Commonwealth, the Francophonie and NGOs, The*. Londres, UK: Carfax Publishing.
- Comitê de Orientação Estratégica da França. (2018). *Declaração de Cooperação em Segurança e Defesa*. Paris: Comitê de orientação Estratégica francês.
- Commonwealth. (2013). *Chater of the Commonwealth*. Londres.
- Commonwealth. (2015). *COMMONWEALTH APPROACH FOR DEVELOPING NATIONAL CYBERSECURITY STRATEGIES*. Londres: Commonwealth.
- Commonwealth. (2018a). Commonwealth Heads Government Meeting. *Commonwealth Heads of Commun iGqouvée rnment Meeting "Towards a Com mon Future"*. Londres: Commonwealth. Acesso em 02 de abril de 2019
- Commonwealth. (2018b). Commonwealth Heads of Government Meeting. *Cyberdeclaration*. Londres: Commonwealth.
- Commonwealth. (2018c). *www.commonwealth.org*. Acesso em 02 de abril de 2019, disponível em Site da The Commonwealth: <http://thecommonwealth.org/media/news/commonwealth-more-relevant-ever-say-leaders>
- Commonwealth.org. (02 de abril de 2019). *www.commonwealth.org*. Acesso em 02 de abril de 2019, disponível em Site da Commonwealth: <http://thecommonwealth.org/member-countries>
- Conceição, M. d. (2016). Cooperação Geosestratégica e Multilateral de Defesa Nacional na CPLP: Desafios. *Seminários e Palestras 2016-2018* (pp. 34-35). Rio de Janeiro: Centro de Análise Estratégica CPLP.
- Connan, I. D.-J. (2018). *Observatoire de l'armée de Terre 2035*. Paris: Fondation pour la Recherch Estratégique.
- Correia, E., & Duque, R. (2012). *O Poder Político e a Segurança*. Lisboa: Fonte da Palavra. Fonte: <https://www.wook.pt/livro/o-poder-politico-e-a-seguranca-raquel-dos-santos-duque/14483519>
- Correia, P. P. (2012). Geopolítica e Geoestratégia. *Nação e Defesa*, 131(5), 238.
- Couto, A. C. (1988). *Elementos de Estratégia Vol. I - Apontamentos para um curso*. Lisboa: Pedrouços: IAEM.
- Couto, A. C. (1988). *Elementos de Estratégia. Apontamentos para um Curso. Volume I*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.



- CPLP. (1996). Declaração Constitutiva da CPLP. Lisboa: CPLP.
- CPLP. (2000). Declaração Final. *III Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP* (p. 2). Luanda: CPLP.
- CPLP. (2003). Declaração Final. *VI Reunião de Ministros da Defesa da CPLP* (p. 7). São Tomé: CPLP.
- CPLP. (2006). Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa. Lisboa: CPLP.
- CPLP. (2008). Declaração de Dili. *X Reunião de Ministros da Defesa da CPLP* (p. 4). Dili: CPLP.
- CPLP. (2011). Declaração Final. *Reunião do Conselho de Ministros da CPLP*. Luanda: CPLP.
- CPLP (2015). Declaração de abertura realizada durante o IV Simpósio das Marinhas da CPLP, em 16 de fevereiro de 2015. Maputo: Moçambique.
- CPLP. (2016). Declaração de Dili. *XVII Reunião do Ministros da Defesa da CPLP*. Dili: CPLP.
- CPLP. (2017). IX Reunião dos Diretores de Política de Defesa Nacional ou equiparados da CPLP. Malabo: CPLP.
- CPLP. (2018a). *Ata da 32 Reunião Plenária do SPAD* (p. 2). Lisboa: CPLP.
- CPLP. (2018b). 32 Reunião Plenária do Secretariado Permanente para os Assuntos de Segurança e Defesa da CPLP. Lisboa: SPAD.
- CPLP. (2018c). <https://www.cplp.org/>. Acesso em 31 de Outubro de 2018, disponível em <https://cplp.defesa.pt/Pages/Atividades.aspx>
- DefesaNet. (03 de agosto de 2018). *defesanet.com.br*. Acesso em 22 de março de 2019, disponível em Site da Defesa Net: <http://www.defesanet.com.br/naval/noticia/30078/Marinha-do-Brasil-organiza-V-Conferencia-das-Marinhas-da-Comunidade-dos-Paises-deLingua-Portuguesa---CPLP/>
- Drucker, P. (1959). *Landmarks of Tomorrow*. Acesso em 24 de abril de 2015, disponível em http://documents.irevues.inist.fr/bitstream/handle/2042/30294/XX_CNE-LIPSOR_1197.pdf.txt;jsessionid=BC4D458AEF63935DCDDBE92265AE51C5?sequence=3
- Elias, L. (Maio de 2012). Desafios da Segurança na Sociedade Globalizada. *Observatório Político*, pp. 1-9.



- EMCGFA. (18 de março de 2011). *www.emgfa.pt*. Acesso em 16 de abril de 2019, disponível em Site do EMGFA Portugal: <https://www.emgfa.pt/pt/noticias/285?>
- Escorrega, L. F. (2016). Duas décadas de CPLP: retrospectiva e desafios da componente de defesa. *XIV Seminário Político diplomático do CAE-CPLP*, 1-8.
- Fernandes, R. (2012). *CPLP: A AÇÃO DO BRASIL E DE PORTUGAL EM ÁFRICA*. Lisboa: Instituto de estudos Superiores Militares.
- Fortin, R. (2005). *Compreender a Complexidade, Introdução ao Método de Edgar Morin*. Lisboa : Instituto Piaget.
- Franchi, T. (28 de março de 2019). O papel do Brasil no desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa entre a CPLP. (F. L. Prazeres, Entrevistador)
- Francophonie.org. (2019a). Acesso em 03 de abril de 2019, disponível em Site de la Organisation Internationale de la Francophonie: <http://reffop.francophonie.org/le-reseau/presentation/le-reffop>
- Francophonie.org. (2019b). *www.francophonie.org*. Acesso em 04 de abril de 2019, disponível em Site de la Organisation Internationale de la Francophonie: <https://www.francophonie.org/conference-ministerielle-de-la-francophonie.html>
- Francophonie.org. (2019c). *www.francophonie.org*. Acesso em 02 de abril de 2019, disponível em Site da Francophonie: <https://www.francophonie.org/-88-Etats-et-gouvernements->
- Francophonie.org. (2019d). *www.francophonie.org*. Acesso em 03 de abril de 2019, disponível em Site de la Organisation Internationale de la Francophonie: <https://www.francophonie.org/Le-Sommet.html>
- Francophonie.org. (2019e). *www.francophonie.org*. Acesso em 03 de abril de 2019, disponível em Site da Organisation Internationale de la Francophonie: <https://www.francophonie.org/-Qu-est-ce-que-la-Francophonie-72-.html>
- Francopol. (03 de abril de 2019). *www.francopol.org*. Acesso em 03 de abril de 2019, disponível em Site da Francopol: <http://francopol.org/sinformer-sur-francopol/a-propos/>
- Gouvernement.fr. (março de 2017). *www.diplomatie.gouv.fr*. Acesso em 04 de abril de 2019, disponível em Site dos Ministério das Relações Exteriores e da Europa Francês: <https://www.diplomatie.gouv.fr/fr/politique-etrangere-de-la-france/defense-et-securite/la-cooperation-de-securite-et-de-defense/>
- Guedes, A. (2002). O Funcionamento do Estado em Época de Globalização - O transbordo e as Cascatas de Poder. *Nação e Defesa*, pp. 99-137.



- Guedes, A. M. (10 de abril de 2019). O papel do Brasil no desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa entre a CPLP. (F. L. Prazeres, Entrevistador)
- Guine Equatorial Press. (2019). *ww.guineequatorialpress.com*. (G. d. Equatorial, Produtor) Acesso em 10 de abril de 2019, disponível em Site do Governo da Guiné Equatorial: <https://www.guineaecuatorialpress.com/noticia.php?id=134>
- Hobbes, T. (s.d.). *Leviatã: Matéria, forma e poder de um*. Acesso em 23 de janeiro de 2015, disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf
- IBGE. (16 de abril de 2019). *www.ibge.gov.br*. Fonte: Site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: <https://paises.ibge.gov.br/dados/brasil>
- IUM. (2017). CISDI - Domínios, Áreas e Subáreas de Investigação. Lisboa: IUM.
- Lapucheque, Rodrigues (2014). A Cooperação entre os oito Estados-Membros da CPLP. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Portugal.
- Marchureta, M. R., & Fontes, J. (2001). *Comunidade dos países de língua Portuguesa. Fundamentos Diplomáticos*. (1 ed.). Lisboa: Centro de Estudos Orientais da Fundação Oriente.
- Mimoso, J. C. (1995). THE COMMUNITY OF PORTUGUESE SPEAKING COUNTRIES ORGANIZATION: A STRATEGIC ANALYSIS AS A SECURITY ENHANCEMENT. Fort Leaveworth: Faculty of the U.S. Army.
- Ministério da Defesa. (2017). *www.defesa.gov.br*. Acesso em 16 de abril de 2019, disponível em Site do Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil: <https://www.defesa.gov.br/noticias/35180-exercicio-felino-nove-paises-de-lingua-portuguesa-treinam-emprego-conjunto>
- Ministério da Defesa. (2019). *www.defesa.gov*. Fonte: Site do Ministério da Defesa: <https://www.defesa.gov.br/forcas-armadas>
- Ministério das Relações Exteriores. (2018). *A Presidência Brasileira na CPLP (2016-2018)*. Brasília: Brasil.
- Mourão, G. M. (17 de abril de 2019). O Papel do Brasil no Desenvolvimento de um pensamneto comum em segurança e defesa entre os países da CPLP. (F. L. Prazeres, Entrevistador) Lisboa.
- Nápolis. (2016). Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa: O Exército Brasileiro e a CPLP. *Seminários e Palestras 2016-2018*, 39-40.



- Palmeira, J. A. (2012). Cooperação entre estados lusófonos: A Segurança no Atlântico. *Revista da Euro-região Galícia-norte de Portugal*, 19, 39-50.
- Pereira, D. S. (2009). A Importância Estratégica da CPLP no Mundo Global. Lisboa: Forum da Lusofonia.
- Pereira, F. C. (2011). Declaração Final. *13ª REUNIÃO DOS CHEFES DE ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS DOS PAÍSES MEMBROS DA CPLP* (pp. 3-4). Maputo: CPLP.
- Pinheiro, A. M. (2006). Modelos de “africanização” das Operações de Apoio à Paz. *Nação e defesa*, 143-168.
- Prasad, D. (2006). Fortalecendo o policiamento e a responsabilização na Commonwealth do Pacífico. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, 5, 111-135.
- Presidência do Conselho de Ministros. (2015). Aprova o sistema de gestão e controlo dos fundos europeus do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 no domínio dos assuntos internos (Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2015 de 9 de setembro). Lisboa: Diário da República.
- Ribeiro, F. O. (2013). *A Evolução da Componente de Defesa e segurança da CPLP: Estratégias de cooperação para Angola*. Luanda: Universidade Lusíada de Angola.
- Santiago, E. (2011). *Site da infoEscola*. Acesso em 27 de março de 2019, disponível em <https://www.infoescola.com/filosofia/destino-manifesto/>
- Santos. (2016). Cooperação de Timor-Leste em matéria de defesa com a CPLP e Países membros. *Seminários e Palestras 2016-2018*, 36-38.
- Santos, L., Garcia, F., Monteiro, F., Lima, J., Silva, N., Silva, J., . . . Afonso, C. (2016). *Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação*. Predouços: Instituto Universitário Militar.
- Santos, S. (2013). Seminário em Direito e Segurança: “Globalização, Novas Ameaças e Segurança Humana”. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Sarmiento, C. M. (2009). *Política e Segurança, Novas Configurações do Poder*. Lisboa: Centro de Investigação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa.
- Secretaria Geral do MAI. (2015). *Balanço do Programa Quadro Solidariedade e Gestão dos Fluxos Migratórios*. Lisboa: Secretaria Geral do MAI.
- Seitenfus, R. (2005). *Manual das Relações Internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.



- Serra, J. P. (2019). O papel do Brasil no desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa entre os países da CPLP. (M. F. Prazeres, Entrevistador)
- Shurkin, M. (2014). *France's War in Mali - Lessons for an Expeditionary Army*. Santa Monica: Rand Corporation.
- Silva, V. A. (2019). Sessão de Abertura. *Pontes sobre o Atlântico. Brasil, Portugal e os desafios da segurança atlântica*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- Sipri.org. (03 de maio de 2019). www.sipri.org. Fonte: Site da Stockholm International Peace Research Institute: http://armstrade.sipri.org/armstrade/html/export_values.php
- Souza, P. B. (2015). A IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA DA CPLP E O PROJETO DE ESTATUTO DO CIDADÃO LUSÓFONO. Em *XXIV ENCONTRO NACIONAL DO COPENDI* (1 ed., p. 112). Florianópolis: Conpedi.
- Tossini, J. V. (28 de fevereiro de 2017). www.ukdefencejournal.org.uk. Acesso em 02 de abril de 2019, disponível em Site The Defence Journal UK: <https://ukdefencejournal.org.uk/britain-and-regional-security-the-five-power-defence-arrangements/>
- UK. (2015). *Strategic Defence and Security Review*. Londres, United Kingdom: Ministry of Defence.
- UK. (05 de novembro de 2018). www.gov.uk. Acesso em 02 de abril de 2019, disponível em Site de United Kingdom: <https://www.gov.uk/government/news/armed-forces-to-step-up-commonwealth-recruitment>
- Vale, G. M., & Lopes, H. E. (2010). Cooperação e alianças: perspectivas teóricas e suas articulações no contexto do pensamento estratégico. *revista de Administração Contemporânea*, 14(4), 722-737.
- Vallin, V. M. (2015). France as the Gendarme of Africa. *political Science Quarterly*, 130(1), 79-101.
- Veloso, J. Á. (2008). Componente Educativo en el Estamento Militar. *La Evolución de la Seguridad y Defensa*, 107 - 150.
- Zeca, E. J. (2017). Organizações Regionais e Processos de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos em África: Experiências da SADC, CEDEAO e IGAD. *Conjuntura Global*, 6(UFPR), 199.





Apêndice A — Modelo de Análise

Questão central	Objetivo geral	Capítulos
Quais as oportunidades de melhoria na atuação do Brasil para o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa da CPLP?	O objetivo geral desta investigação é analisar as oportunidades de melhoria no papel do Brasil para o desenvolvimento de um pensamento comum em Segurança e Defesa entre os países que compõem a CPLP.	1, 2, 3 e 4
Objetivos específicos		
OE 1 Caracterizar o pensamento comum em segurança e defesa existente na CPLP.		2, 4
OE 2 Descrever o papel desempenhado pelo Reino Unido e pela França no desenvolvimento de um pensamento comum na componente Segurança e Defesa da <i>Commowearth</i> e da <i>Organisation Internationale de la Francophonie</i> (OIF), respectivamente.		3, 4
OE 3 Analisar o papel do Brasil para o desenvolvimento do pensamento comum em segurança e defesa na CPLP.		4

Questões derivadas		
QD 1 Quais as principais ideias e valores que materializam o atual pensamento comum em segurança e defesa que existe na CPLP?	OE1	2, 4
QD 2 Qual o papel desempenhado pelo Reino Unido na <i>Commowearth</i> e pela França na <i>Organisation Internationale de la Francophonie</i> (OIF) para o desenvolvimento de um pensamento comum na componente Segurança e Defesa das respectivas Organizações?	OE2	3, 4
QD 3 Qual o papel do Brasil para o desenvolvimento do pensamento comum em segurança e defesa na CPLP?	OE3	4



Apêndice B — Dimensões e Indicadores para análise de conteúdos

QC	QD	Dimensão 1	Indicadores que propiciem ao desenvolvimento comum em segurança e defesa	Instrumentos metodológicos
Quais as oportunidades de melhoria na atuação do Brasil para o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa da CPLP?	QD 1 - Qual o pensamento comum em segurança e defesa que existe na CPLP?	Necessidade (A)	Necessidade de um pensamento comum em segurança e defesa	Entrevista Inquérito
		Situação atual (B)	Situação em que se encontra o pensamento comum na atualidade	Entrevista Análise documental
		Cooperação (C)	Existência de Cooperação	Entrevista Análise documental
		Doutrina (D)	Doutrina comum existente	Análise documental
		Infraestrutura (E)	Infraestrutura adequada	Análise documental
		Ensino (F)	Intercâmbios de ensino existentes	Análise documental
		Adestramento (G)	Exercícios conjuntos combinados existentes	Análise documental Inquérito
		Forças Militares (H)	Atuação das Forças Militares em teatro internacional	Análise documental Entrevista
		Adequação política (I)	Política de defesa em sintonia Formação de grupos de influência	Entrevista Análise documental
		IND (J)	Adequação da IND	Entrevista Inquérito Análise documental
		Estratégia (K)	Formulação de estratégia comum em segurança e defesa	Análise documental Entrevista



Continuação do Apêndice B – Dimensões e Indicadores para análise de conteúdos

QC	QD	Dimensão 2	Indicadores que propiciem ao desenvolvimento comum em segurança e defesa	Instrumentos metodológicos
Quais as oportunidades de melhoria na atuação do Brasil para o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa da CPLP?	QD 2 - Qual o papel desempenhado pelo Reino Unido na <i>Commonwealth</i> e pela França na <i>Organisation Internationale de la Francophonie</i> (OIF) para o desenvolvimento de um pensamento comum na componente Segurança e Defesa das respectivas Organizações?	Necessidade (A)	Necessidade de um pensamento comum em segurança e defesa	Entrevista Inquérito
		Situação atual (B)	Situação em que se encontra o pensamento comum na atualidade	Entrevista Análise documental
		Cooperação (C)	Existência de Cooperação	Entrevista Análise documental
		Doutrina (D)	Doutrina comum existente	Análise documental
		Infraestrutura (E)	Infraestrutura adequada	Análise documental
		Ensino (F)	Intercâmbios de ensino existentes	Análise documental
		Adestramento (G)	Exercícios conjuntos combinados existentes	Análise documental Inquérito
		Forças Militares (H)	Atuação das Forças Militares em teatro internacional	Análise documental Entrevista
		Adaptação política (I)	Política de defesa em sintonia Formação de grupos de influência	Entrevista
		IND (J)	Participação dos países das respectivas Comunidades nas exportações de produtos de defesa de Reino Unido e França, respectivamente.	Análise documental
		Estratégia (K)	Formulação de estratégia comum em segurança e defesa	Análise documental Entrevista



Continuação Apêndice B – Dimensões e Indicadores de análise de resultados

QC	QD	Dimensão 3	Indicadores que propiciem ao desenvolvimento comum em segurança e defesa	Instrumentos metodológicos
Quais as oportunidades de melhoria na atuação do Brasil para o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa da	QD 3 - Qual o papel do Brasil para o desenvolvimento do pensamento comum em segurança e defesa entre a CPLP?	Necessidade (A)	Necessidade de um pensamento comum em segurança e defesa	Entrevista Inquérito
		Situação atual (B)	Situação em que se encontra o pensamento comum na atualidade	Entrevista Análise documental
		Cooperação (C)	Existência de Cooperação	Entrevista Análise documental
		Doutrina (D)	Doutrina comum existente	Análise documental
		Infraestrutura (E)	Infraestrutura adequada	Análise documental
		Ensino (F)	Intercâmbios de ensino existentes	Análise documental
		Adestramento (G)	Exercícios conjuntos combinados existentes	Análise documental Inquérito
		Forças Militares (H)	Atuação das Forças Militares em teatro internacional	Análise documental Entrevista
		Adequação política (I)	Política de defesa em sintonia Formação de grupos de influência	Entrevista Análise documental
		IND (J)	Participação dos países das respectivas Comunidades nas exportações de produtos de defesa de brasileiros.	Entrevista Inquérito Análise documental
		Estratégia (K)	Formulação de estratégia comum em segurança e defesa	Análise documental Entrevista
		Meios (L)	Meios existentes	Entrevista
		Pessoal (M)	Pessoal satisfatório	Análise documental
		Responsabilidade (N)	Sentimento de responsabilidade	Entrevista Análise documental



Apêndice C — Relação de Entrevistados

Posto\Grau	Nome	Função
Tenente-Coronel do Exército Português	Luís Manuel Brás Bernardino	Especialista
Doutor	João Pedro Saldanha Serra	Diretor de Serviços de Cooperação no Domínio da Defesa e membro do SPAD
Doutor	Armando Marques Guedes	Cientista Político
Doutor	Tássio Franchi	Professor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
Doutor	Gonçalo Mello Mourão	Embaixador do Brasil junto à CPLP



Apêndice D — Formulários dos inquéritos/entrevistas e síntese de respostas

Entrevista e respostas síntese - Doutor Tássio Franchi

Pensamento Comum em Segurança e Defesa – Indicadores de Dimensão 1
1) Acredita que há um pensamento comum em segurança e defesa na CPLP? Não. Pois são países com realidades muito distintas, economicamente, geograficamente e socialmente.
2) O atingimento de um pensamento comum na comunidade é necessário e possível? Não é necessário e nem possível ter um pensamento comum em defesa na CPLP. As realidades sociais e económicas, bem como as ameaças (percebidas e reais) que afetam Portugal, Brasil, Moçambique e Timor-Leste, por exemplo, são muito distintas. O que pode ser feito é via CPLP programas geracionalizados de defesa, como no Atlântico Sul, ou no Índico. Ou ainda parcerias no sentido do desenvolvimento ou facilidade de aquisição de armamentos produzidos nos países maiores para os menores.
3) Como este pensamento comum em segurança e defesa poderia ser alcançado ou em que estágio o Sr acredita que ele se encontra? Não tenho informações em que estágio se encontra.
4) As cooperações atualmente existentes em segurança e defesa na CPLP contribuem para o desenvolvimento deste pensamento comum ou ainda são incipientes? Não tenho informações em que estágio se encontra
5) Quais sugestões podem ser vistas como positivas para que a comunidade desenvolva ou consolide o pensamento comum em segurança e defesa? Acredito que por meio de dois eixos: (i) parcerias no desenvolvimento e comércio de bens de defesa entre os países membros. Fortalecendo esta relação em detrimento de comércio com países de fora da CPLP. (ii) por meio de programas de capacitação e trocas de experiências mais dinâmica. Alguns dos países com políticas e infraestruturas de defesa mais desenvolvidas podem oferecer cursos de capacitação para outras nações onde isso ainda seja incipiente. Países africanos podem desenvolver conjuntamente com outros países cursos de capacitação e aclimação para Missões de Paz, visto que várias estão naquele continente.
6) As diferentes capacidades militares e as diferentes realidades regionais entre os membros são um desafio evidente para que a comunidade possa concretizar o seu pensamento comum em segurança e defesa? Sim. Por as realidades regionais e mesmo o grau de desenvolvimento de cada país (sociedade/economia/FFAA) faz com que a própria percepção de ameaça e as demandas ao setor de defesa sejam diferentes. Um país europeu, do sistema OTAN, com território reduzido, uma sociedade desenvolvida, com relações diplomáticas pacíficas e estáveis com os países vizinhos. Tem demandas para suas FFAA bem diferentes de um país africano, 3x 4x maior territorialmente, com países frágeis (ou frágedos) como vizinhos, com a presença de grupos armados dentro do território (ou em suas fronteiras), com uma sociedade que ainda não tem bons índices de desenvolvimento, por exemplo.
Papel do Brasil – Indicadores de Dimensão 3
1) Qual o papel que o Brasil representa para o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa? O Brasil é visto por esses países como um país que tem um histórico comum, ter sido colônia, mas que superou seus desafios e hoje se encontra entre as maiores economias do mundo. As A base industrial de defesa e o elevado grau de desenvolvimento de nossas FFAA pode ser um fator que ajude o país a construir um papel como promotor de parcerias estratégicas na área de Defesa. Mas a diplomacia tem que fortalecer e ombrear na construção destes esforços.
2) Acredita que o Brasil dá a importância devida à vertente defesa da CPLP, colaborando para o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa? Não acredito que o país dê a devida importância. Pois atualmente nas Relações Exteriores o país não tem privilegiado a relação SUL-SUL, área onde se encontra a maioria da CPLP (menos Portugal).
3) O Brasil, por suas características, é o principal responsável para o desenvolvimento deste pensamento comum em segurança e defesa? Não. Atualmente Portugal no papel de ex-metropole, me parece muito mais preocupada com a CPLP e a manutenção das boas relações com os países africanos que o Brasil.
4) Como o Brasil pode contribuir para que o pensamento comum em segurança e defesa seja alcançado em uma comunidade heterogênea em termos de realidades regionais de segurança e defesa e de capacidades militares? Como eu disse anteriormente temos meios de fazer isto por parcerias regionalizadas que envolvam as expertizes das FFAA e a base industrial de defesa. Também por meio da Diplomacia Militar: incentivando a vinda,



recebendo e formando oficiais destes países nas mais diversas escolas militares brasileiras. Mas é preciso que a vontade política nacional esteja alinhada com isto.
Oportunidades de melhoria – Indicadores de Dimensão 3
1) Quais as oportunidades de melhoria que o Estado brasileiro pode visualizar para alcançar esta visão comum em segurança e defesa? Especificamente no Atlântico Sul o Brasil podemos promover uma maior integração e controle, sendo ele o articulador de exercícios e ações em conjunto na região. Isso fortaleceria o Brasil em detrimento de potências extra-regionais que atuam na região.
2) É necessária a implementação de mais ações? Com certeza. Mas é preciso pensar quais ações e áreas são prioritárias para o Brasil como Nação, com todas as expressões do poder nacional podendo se beneficiar.
3) Quais as boas práticas desenvolvidas por outras Organizações congêneres que poderiam ser levadas a cabo para a CPLP? Exercícios e operações conjuntas.
Ações a realizar – Indicadores de Dimensão 3
1) Como país de maior extensão territorial e de maiores Forças Armadas, quais as ações complementares que podem ser realizadas pelo Brasil para o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa? Formar as elites militares e políticas destes países no Brasil. De modo que tanto o nível político quanto o nível militar estejam no futuro alinhados e comprometidos com as agendas e visões brasileiras de segurança e defesa. E que também o Brasil conhecendo as demandas em segurança e defesa destes países e podendo oferecer e propor soluções que os atendam. Alinhamento e demanda dos níveis políticos e diplomáticos de modo a abrir as portas dos governos para o incremento de parcerias e de uma diplomacia militar bem como da indústria e outros setores da economia brasileira ligadas à defesa.
2) Quais ações acredita que mais caracterizam, atualmente, este pensamento comum em segurança e defesa no âmbito da CPLP? Vejo o Brasil mais preocupado com o Atlântico Sul do que com a CPLP como um todo. Não conheço a agenda de reuniões e ações brasileiras atual.

Entrevista e respostas síntese - Doutor Armando Marques Guedes

Pensamento Comum em Segurança e Defesa – Indicadores de Dimensão 2
1) Em breves palavras como o Sr poderia caracterizar a componente de defesa e segurança entre os países intergrantes da <i>Commonwealth</i> e <i>Organisation Internationale de la Francophonie</i> (OIF)? No essencial ou como não existente, ou como muito incipiente. No caso da <i>Commonwealth</i> , em todo caso, bem mais sedimentado e cristalizado do que no caso da <i>Francophonie</i> . O que, pelo menos em parte, resulta do facto de a <i>Francophonie</i> ser sobretudo um instrumento global de base linguística, enquanto a estruturação da <i>Commonwealth</i> é bem mais do que isso. Mais, caso da <i>Francophonie</i> há uma resistência histórica face à NATO, o que não é o caso da <i>Commonwealth</i> (que, porém, inclui dois membros que nunca partilharão uma política comum de segurança e defesa, a saber a Índia e o Paquistão).
2) Acredita que há um pensamento comum em segurança e defesa na <i>Commonwealth</i> e na <i>Organisation Internationale de la Francophonie</i> (OIF)? E o atingimento de um pensamento comum nestas comunidades é necessário e possível? A existência ou gestação de um “pensamento comum” parece-me difícil de atingir, sobretudo em tempos de paz. Em todo o caso, noto que, no caso da <i>Commonwealth</i> há um lastro bem mais longo e aprofundado de reações partilhadas face a conflitos. Questão que é mais rala no caso da <i>Francophonie</i> – na qual o lastro é menor, e as divisões político-ideológicas e/ou religiosas são porventura mais agudas. Para além do mais a <i>Francophonie</i> está muito focada em três ou quatro regiões do Mundo, com apenas um grande Estado (a França), sendo a <i>Commonwealth</i> bastante mais geograficamente contínua e centrada numa série de grandes Estados (o RU, o Canadá, a Austrália, e a Nova Zelândia, bem como a Índia e o Paquistão – estes dois últimos potências nucleares adversárias, embora ambas partilhem algumas tradições securitárias com a primeira potência nuclear aqui elencada, o RU), com estratégias amplamente partilhadas de segurança e defesa, pelo menos entre alguns dos seus EM.



- 3) **Em linha gerais, as cooperações atualmente existentes em segurança e defesa na *Commonwealth* e na *OIF* contribuem para o desenvolvimento deste pensamento comum ou ainda são incipientes? E quais sugestões podem ser vistas como positivas para que o Reino Unido e a França desenvolva ou consolide o pensamento comum em segurança e defesa no seio desta Organização?**

In short, tudo me parece ser incipiente, e difícil, embora no segundo caso mais difícil do que no primeiro.

- 4) **Quais ações acredita que mais caracterizam, atualmente, este pensamento comum em segurança e defesa no âmbito da *Commonwealth* e na *OIF*?**

Alguma sentido residual e pragmático das vantagens de cooperação em áreas tidas como sendo nevrálgicas. No caso da *Commonwealth*, também neste quadro me parece haver alguma vantagem: a *Commonwealth* tem tido uma história marcada pela suspensão ou exclusão (permanente ou temporária) de EM que não cumpram requisitos básicos dela (exemplos: a África do Sul e a Rodésia durante o *apartheid*, os tergiversares do Zimbábwe, ou, agora, do Brunei). Coisa que tem tido muito menos importância e/ou peso no que diz respeito à *Francophonie*.

Entrevista e respostas síntese - Doutor João Saldanha Serra

Pensamento Comum em Segurança e Defesa - Indicadores de Dimensão 1

- 1) **Acredita que há um pensamento comum em segurança e defesa na CPLP?**

Há objetivos comuns em matéria de segurança e defesa entre os Estados-Membros da CPLP, desde logo contribuir para a produção de segurança e para apoiar o desenvolvimento.

- 2) **O atingimento de um pensamento comum na comunidade é necessário e possível?**

Mais do que um pensamento comum em matéria de segurança e defesa, parece-me essencial que haja comunhão de objetivos e de propósitos. Uma das grandes mais-valias da CPLP é a diversidade entre os EM, também na forma como observam, interpretam e avaliam as realidades de segurança e defesa globais, regionais e sub-regionais.

- 3) **Como este pensamento comum em segurança e defesa poderia ser alcançado ou em que estágio o Sr acredita que ele se encontra?**

A definição de um pensamento comum constitui um processo longo, que resultará da síntese dos contributos próprios de cada EM. O Centro de Análise Estratégica da CPLP (CAE), com sede em Maputo/Moçambique, e atualmente dirigido por um oficial superior da Marinha do Brasil, pode dar um importantíssimo contributo neste domínio.

- 4) **As cooperações atualmente existentes em segurança e defesa na CPLP contribuem para o desenvolvimento deste pensamento comum ou ainda são incipientes?**

Tudo o que sejam atividades de cooperação e interação entre civis e militares dos Ministérios da Defesa e das Forças Armadas dos EM contribuem para esse desenvolvimento, atendendo à partilha de conhecimentos, de experiências e de competências entre eles. Ainda que a CPLP tenha muito espaço para desenvolver a sua cooperação, os passos que têm sido dados contribuem para uma abordagem comum dos problemas que se colocam na área da segurança e defesa.

- 5) **Quais sugestões podem ser vistas como positivas para que a comunidade desenvolva ou consolide o pensamento comum em segurança e defesa?**

Julgo que poderia ser interessante, através do CAE, criar e consolidar uma rede de pensamento estratégico, que incorporasse as diversas abordagens de cada EM. Também o Colégio de Defesa da CPLP pode dar contributos para este processo.

- 6) **As diferentes capacidades militares e as diferentes realidades regionais entre os membros são um desafio evidente para que a comunidade possa concretizar o seu pensamento comum em segurança e defesa?**

As diferenças que existem entre EM, ao nível das capacidades militares, são um importante desafio para a componente de defesa da CPLP, devendo esta incluir nos seus objetivos prioritários o esbatimento das mesmas. Mas julgo que essas diferenças não dificultam, por si só, a concretização desse pensamento comum. Dificultarão, sim, se quisermos empreender ações comuns.



Papel do Brasil - Indicadores de Dimensão 3
<p>1) Qual o papel que o Brasil representa para o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa?</p> <p>Atualmente, sendo o Diretor do CAE um oficial superior brasileiro, o Brasil estará em boas condições de, com o apoio dos restantes EM e seu Núcleos Nacionais (NN), iniciar a construção desse mesmo pensamento comum.</p>
<p>2) Acredita que o Brasil dá a importância devida à vertente defesa da CPLP, colaborando para o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa?</p> <p>Da minha experiência no Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa da CPLP (SPAD), entre 2005 e 2011, e desde 2016, o Brasil tem sido um EM ativíssimo no reforço da componente de defesa da CPLP, tendo iniciativas e colaborando empenhadamente nos processos que estão a decorrer neste domínio.</p>
<p>3) O Brasil, por suas características, é o principal responsável para o desenvolvimento deste pensamento comum em segurança e defesa?</p> <p>Não acho que justo colocar, sobre o Brasil, essa responsabilidade primeira. A CPLP é uma organização multilateral, composta por 9 EM com iguais direitos e responsabilidades e que funciona apenas por consenso. Logo, o desenvolvimento deste pensamento comum será aquele que os 9 em quiserem que seja.</p>
<p>4) Como o Brasil pode contribuir para que o pensamento comum em segurança e defesa seja alcançado em uma comunidade heterogênea em termos de realidades regionais de segurança e defesa e de capacidades militares?</p> <p>Não respondo pelo Brasil, naturalmente. Mas, e se assim o entender, o Brasil pode suscitar, junto dos restantes EM, a possibilidade de se iniciar um processo próprio e dedicado à definição deste pensamento, definindo objetivos, metas e prazos de concretização, partindo da estrutura que já existe no CAE e nos NN.</p>
Ações a realizar - Indicadores de Dimensão 3
<p>1) Quais ações acredita que mais caracterizam, atualmente, este pensamento comum em segurança e defesa no âmbito da CPLP?</p> <p>Não julgo que haja, ainda, um pensamento comum devidamente assumido, sistematizado e consolidado. Assim, a ação que mais evidencia a vontade de ter abordagens comuns em matéria de segurança e defesa é a assinatura, em 2006, do Protocolo de Cooperação da CPLP no domínio da Defesa, que confere à Organização a sua Componente de Defesa, definindo os seus objetivos, os seus órgãos, algumas das suas atividades e o seu funcionamento.</p>

Entrevista e respostas síntese – Tenente-Coronel Luís Bernardino

Pensamento Comum em Segurança e Defesa - Indicadores de Dimensão 1
<p>1) Acredita que há um pensamento comum em segurança e defesa na CPLP?</p> <p>Nós não temos um pensamento comum em segurança e defesa na CPLP porque não há um entendimento político, concreto sobre o que é que a CPLP vale para cada um dos países. Portanto, na minha conclusão era não temos um pensamento estratégico porque ainda não temos tempo para ter um pensamento estratégico comum.</p>
<p>2) O atingimento de um pensamento comum na comunidade é necessário e possível?</p> <p>O que é que tem que acontecer é que haja uma convergência de interesses dos estados com os interesses das organizações. Quando a Organização servir para o interesse do Estado e todos os Estados tem os mesmos interesses, então temos uma estratégia e temos um pensamento comum.</p>
<p>3) Como este pensamento comum em segurança e defesa poderia ser alcançado ou em que estágio o Sr acredita que ele se encontra?</p> <p>Para ter um pensamento é preciso ter tempo e nós na CPLP não temos tempo para ter um pensamento. Nós temos quanto muito uma estratégia comum. Já ainda nem isso temos. Portanto quando fala aqui pensamento a resposta que eu lhe digo é não temos o pensamento porque não temos tempo ainda para ter um pensamento. Para se ter um pensamento é preciso ter tempo, estratégias, as pessoas a trabalhar conjuntamente e nem sequer isso temos. Nós trabalhamos ainda de uma forma desgarrada, cada um nos seus núcleos dos países, portanto a resposta concreta é um pensamento comum não temos ainda, um entendimento diferente da CPLP, temos um entendimento diferente. Estamos a ter uma estratégia comum, estamos a começar a ter uma estratégia comum, agora o que é que precisamos.</p>
<p>4) As cooperações atualmente existentes em segurança e defesa na CPLP contribuem para o desenvolvimento deste pensamento comum ou ainda são insipientes?</p> <p>Sim. Há muito boas coisas na CPLP como a Reunião dos Ministros da defesa e exercícios militares.</p>



<p>5) Quais sugestões podem ser vistas como positivas para que a comunidade desenvolva ou consolide o pensamento comum em segurança e defesa?</p> <p>Neste momento para a CPLP crescer o SPAD tem que ser multinacional e tem que ter verba dos países. Tem que ter pessoas dos países a trabalhar nesta componente. Neste momento, o Secretariado Permanente como está é um entrave ao crescimento da CPLP. Ele necessita de <i>budget</i> próprio. Ter uma economia de defesa comum é importante, estando associada a um conjunto de capacidades das forças militares. Outro aspecto é que a CPLP deve ser mais divulgada nas Escolas Militares, nas Universidades, ou seja, uma maior exposição. Melhorar a rede de comunicação entre os CAE dos países é uma outra sugestão. Em termos táticos, a criação de um Exercício naval no Golfo da Guiné poderia ser uma boa iniciativa neste sentido. A criação de missões de observadores militares lusófonos num quadro de mediação com a bandeira da CPLP de assessoria a determinado projeto. Além disso, deve-se dar atenção a uma cooperação bimultilateral na Organização.</p>
<p>6) As diferentes capacidades militares e as diferentes realidades regionais entre os membros são um desafio evidente para que a comunidade possa concretizar o seu pensamento comum em segurança e defesa?</p> <p>Não é um grande desafio, pois a CPLP surge com a finalidade de reforçar a capacidade militar das FFAA dos países de língua portuguesa. Na minha perspectiva é um incentivo, pois a CPLP é uma partilha de experiências entre os seus membros.</p>
<p>Pensamento Comum em Segurança e Defesa – Indicadores de Dimensão 2</p>
<p>1) Em breves palavras como o Sr poderia caracterizar a componente de defesa e segurança entre os países intergrantes da <i>Commonwealth</i> e <i>Organisation Internationale de la Francophonie</i> (OIF)?</p> <p>A OIF e a Commonwealth não tem área da defesa estabelecida e tão sólida quanto a CPLP tem.</p>
<p>Papel do Brasil - Indicadores de Dimensão 3</p>
<p>1) Qual o papel que o Brasil representa para o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa?</p> <p>E possível e desejável que o Brasil faça mais, principalmente, que tenha liderança em alguns processos. Esperamos do Brasil uma liderança organizacional com uma dinâmica clara e de maior visibilidade.</p>
<p>2) Acredita que o Brasil dá a importância devida à vertente defesa da CPLP, colaborando para o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa?</p> <p>Não. O Brasil precisa dar mais importância ao Núcleo Nacional e divulgar muito mais a Comunidade em seu território. Artigos de escritores brasileiros podem contribuir para isso.</p>
<p>3) O Brasil, por suas características, é o principal responsável para o desenvolvimento deste pensamento comum em segurança e defesa?</p> <p>Espera-se muito mais do Brasil. É preciso que o Brasil dê aí um clique de 180 graus na sua visão relativamente à CPLP.</p>
<p>4) Como o Brasil pode contribuir para que o pensamento comum em segurança e defesa seja alcançado em uma comunidade heterogênea em termos de realidades regionais de segurança e defesa e de capacidades militares?</p> <p>Agora espera-se muito mais do Brasil. Espera-se em que aspecto, espera-se que o Brasil tenha que estar permante no SPAD, por exemplo. Implica, que no Brasil a CPLP não se conhece. Mas, tem que ser feita uma estratégia de comunicação em vários níveis.</p>
<p>Oportunidades de melhoria</p>
<p>4) Quais as oportunidades de melhoria que o Estado brasileiro pode visualizar para alcançar esta visão comum em segurança e defesa?</p> <p>Questão do <i>Budget</i> da CPLP, é principal. Além de uma maior participação na componente de segurança e defesa da CPLP. Aponta-se também que o Brasil atue na estrutura da Organização, principalmente no seu Secretariado. Criar um Exercício Naval no Golfo da Guiné poderia ser uma boa ação para o Brasil.</p>
<p>5) É necessária a implementação de mais ações?</p> <p>Precisamos de duas coisas fundamentais: precisamos que os países coloquem a CPLP em uma prioridade alta e depois que consigamos ter uma estratégia, associada a um pensamento a uma visão, uma cultura organizacional, todos esses patamares aparecem simultaneamente. O Brasil necessita de maior integração com os países da Comunidade porque nenhum hoje é capaz de enfrentar suas ameaças sozinho. Necessita de alianças regionais e mundiais, neste contexto, a CPLP é uma aliança atlântica e assim deve ser observada pelo Brasil. O fomento do ensino de língua portuguesa na Guiné Equatorial é uma ação a ser vista pelo Brasil.</p>



Entrevista e respostas síntese – Embaixador Gonçalo Mourão

Pensamento Comum em Segurança e Defesa - Indicadores de Dimensão 1
<p>1) Acredita que há um pensamento comum em segurança e defesa na CPLP?</p> <p>Eu imagino que sim. Porque como há as reuniões de Ministros da Defesa que se sucedem regularmente sempre com muito sucesso e com muita participação de todos os países. Eu acho que essa continuidade é um indicativo de que existe. Se não existir solidamente estabelecido. Existe em um desejo preliminar de que ele exista.</p>
<p>2) O atingimento de um pensamento comum na comunidade é necessário e possível?</p> <p>Eu acho que é possível e desejável, inclusive. Como conseguimos na América do Sul é desejável que se consiga no âmbito da CPLP. Além da AS, os países da CPLP são o segundo maior grupo em que é próximo a nós brasileiros. É óbvio onde o Brasil tem um papel saliente.</p> <p>Na verdade, o pensamento comum não significa uma homogeneização do pensamento. Significa que dentro dos pensamentos individuais de cada Estado nós possamos encontrar um conjunto de aspectos que são compartilhados. Claro que cada Estado terá no seu pensamento como um todo coisas que não serão e não poderão ser comuns aos outros países. Mas, o esforço é de buscar exatamente os aspectos que são comuns e que possam servir para o desenvolvimento das Forças Armadas de todos os países como um bloco. E para a existência do bloco CPLP como bloco de um pensamento militar consistente, sobretudo no que diz respeito sobre as relações internacionais das Forças Armadas.</p>
<p>3) Como este pensamento comum em segurança e defesa poderia ser alcançado ou em que estágio o Sr acredita que ele se encontra?</p> <p>O caminho é através da reunião dos Ministros da Defesa. Acho que se houver uma sincronia maior entre o Itamaraty e o Ministério da Defesa no âmbito das Reuniões dos Ministros de Defesa. Isso seria uma coisa positiva porque traria a estas Reuniões de Defesa o aporte do ponto de vista das Relações Internacionais mais amplo. Porque sabemos que o papel que as Forças Armadas desempenham, as vezes extrapolam para o bem o papel do Estado, como as missões de auxílio humanitário.</p> <p>Acho que a conjunção destes dois setores do país ajudaria a que se conformasse com mais solidez isso. De qualquer maneira estamos no caminho certo, que é a construção do Colégio, que é a constância das reuniões, que é os Exercícios FELINO.</p>
<p>4) As cooperações atualmente existentes em segurança e defesa na CPLP contribuem para o desenvolvimento deste pensamento comum ou ainda são insipientes?</p> <p>Sim.</p>
<p>5) Quais sugestões podem ser vistas como positivas para que a comunidade desenvolva ou consolide o pensamento comum em segurança e defesa?</p> <p>A conjunção de interesses entre as Forças pode levar as Forças Militares de nossos países assumirem no âmbito internacional, na ONU, por exemplo, ou em outros Organismos regionais posições comuns que vão ser naturalmente adotadas a partir da compreensão que vai ser desenvolvida por esse pensamento comum e isso certamente fortalecerá qualquer posição que seja a nossa quando ela se apresentar não somente como a posição de um país, mas como a posição de um bloco de países.</p>
<p>6) As diferentes capacidades militares e as diferentes realidades regionais entre os membros são um desafio evidente para que a comunidade possa concretizar o seu pensamento comum em segurança e defesa?</p> <p>Não é um desafio. Eu acredito que seja uma vantagem. Porque a partir do momento que agente tem a intenção de desenvolver um pensamento comum, cada um de nós tem especificidades e experiências próprias que vão ser compartilhadas com os outros.</p>
Papel do Brasil - Indicadores de Dimensão 3
<p>1) Qual o papel que o Brasil representa para o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa?</p> <p>Papel de maior país em diversos aspectos. E um papel de estabilidade. Porque após a Constituição de 1988, o Estado forneceu às suas Forças Armadas um papel pacífico e de estabilidade nacional. Isso pode contribuir para o desenvolvimento de um pensamento comum perante outros EM.</p>
<p>2) Acredita que o Brasil dá a importância devida à vertente defesa da CPLP, colaborando para o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa?</p> <p>Sim.</p>
<p>3) O Brasil, por suas características, é o principal responsável para o desenvolvimento deste pensamento comum em segurança e defesa?</p> <p>Não. O pensamento comum só pode ser atingido se todos assumirem igualmente a mesma responsabilidade. Claro que cada um tem mais a aportar em um setor ou em outro. Portugal tem um conhecimento marítimo muito grande. Angola de guerras. Cada um se invista de um mesmo nível de responsabilidade. A responsabilidade não pode ser quantificada ou qualificada. E lá é a mesma pra todos. Isso se baseia no princípio de igualdade entre as nações.</p>

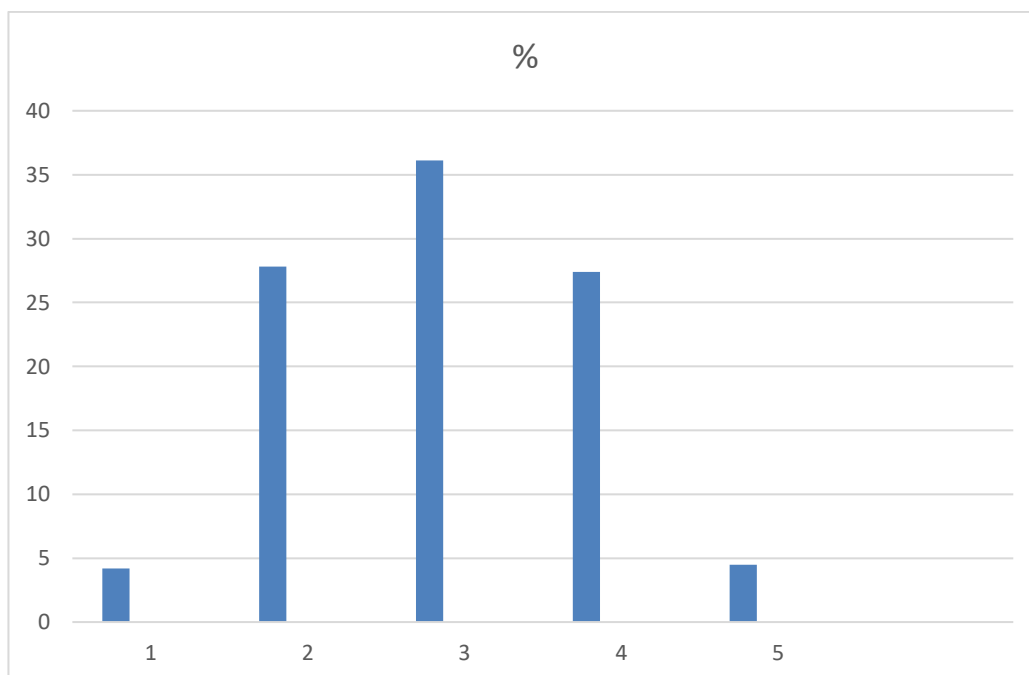


Oportunidades de melhoria
<p>1) Quais as oportunidades de melhoria que o Estado brasileiro pode visualizar para alcançar esta visão comum em segurança e defesa?</p> <p>Os intercâmbios militares, o Colégio de Defesa fortalecem paulatinamente a relação e comungam para o pensamento comum em segurança e defesa. Não algo que vai nascer em um ano. Vai sendo construída aos poucos e vai sempre sendo construída. Pelo facto do sistema internacional é mutante. Não haverá um momento que teremos isso fixo. Nós sempre estaremos construindo. Que vai evoluir de forma natural.</p>
Ações a realizar - Indicadores de Dimensão 3
<p>2) Como país de maior extensão territorial e de maiores Forças Armadas, quais as ações complementares que podem ser realizadas pelo Brasil para o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa?</p> <p>Para isso é preciso haver naturalmente um entendimento maior. Acho que por outro lado também os Estágios militares nas diversas Forças. A intensificação de um intercâmbio de ensino seria, naturalmente saudável para o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa.</p>
<p>3) Quais ações acredita que mais caracterizam, atualmente, este pensamento comum em segurança e defesa no âmbito da CPLP?</p> <p>Eu acho que talvez a melhor demonstração disso seja a conformação do Colégio da CPLP. Acho que a Constituição do Colégio da Defesa da CPLP é uma demonstração mais flagrante se não existe estamos caminhando para que exista.</p>

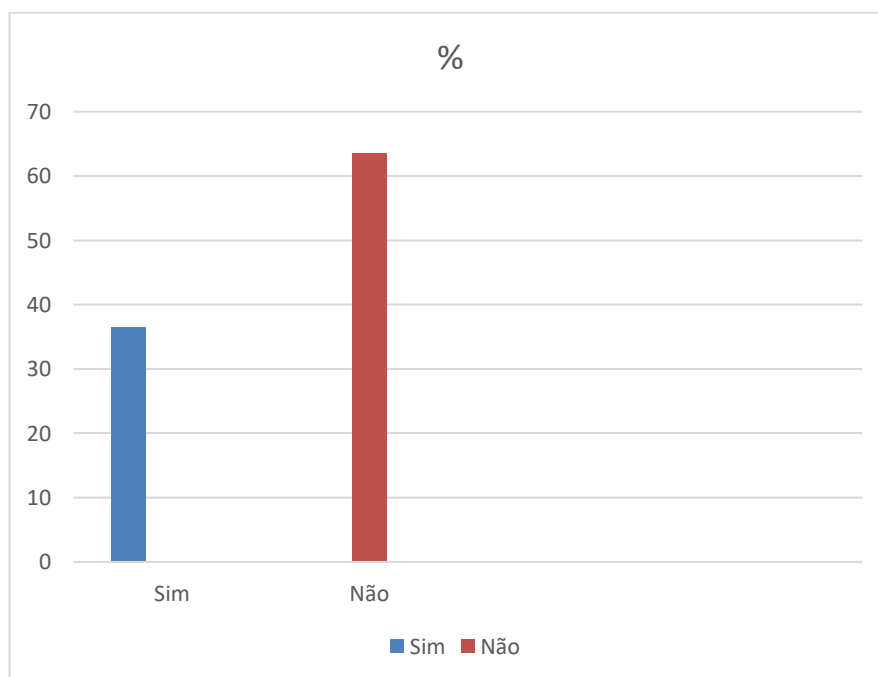


Apêndice E — Respostas síntese do Inquérito Oficiais do Exército Brasileiro

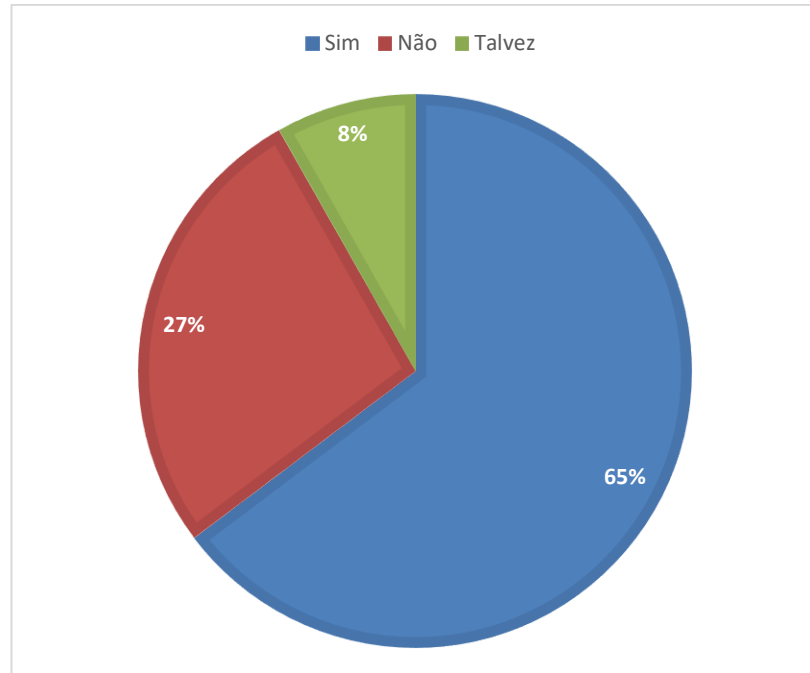
- 1) Em uma escala de 1 a 5, como o Sr considera seu nível de conhecimento sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa? Indicador - **3B**



- 2) Conhece a componente de Defesa da CPLP? Indicador **3B**

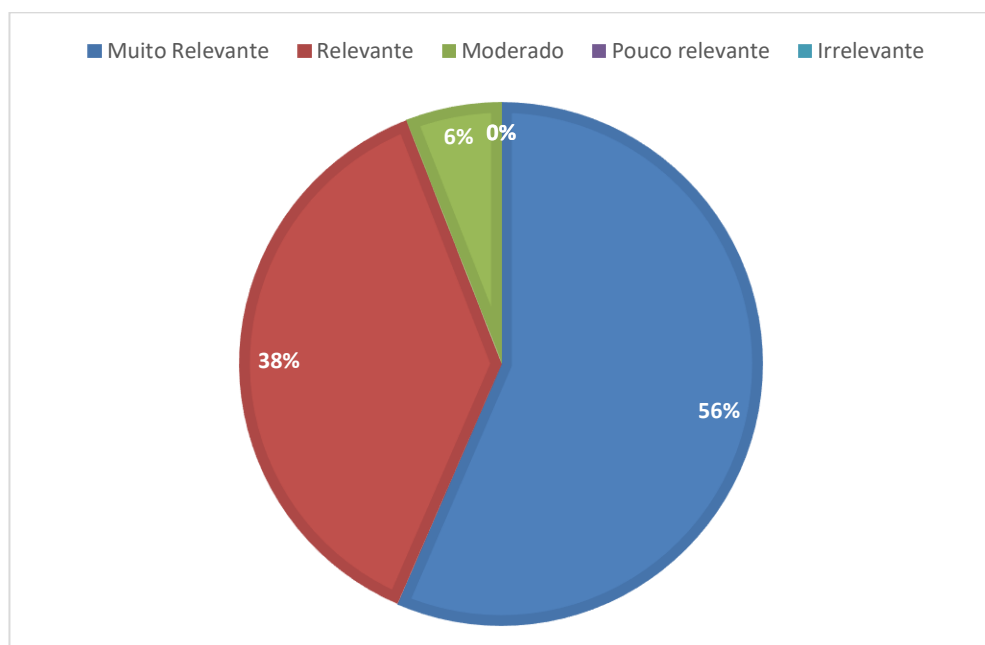


- 3) Acredita ser importante que a CPLP tenha um pensamento comum em segurança e defesa. Entenda-se como pensamento comum uma mesma percepção das ameaças mundiais, com colaboração mútua e não uma defesa mútua ou compartilhada de território? Indicador – **3A**



- 4) Que papel o Sr acredita que o Brasil possui nesta Organização Internacional no desenvolvimento de um pensamento comum na componente segurança e defesa?

Indicador 3N





5) Na opinião do Sr, quais os principais óbices que podem dificultar o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa entre os membros da CPLP? Prioridade de importância. **Indicador - 3L**

1. Diferenças Regionais
2. Diferenças de capacidades das FFAA
3. Distância Geográfica entre os membros
4. Orçamento maior e mais específico
5. Maior interesse

6) Na sua opinião, quais as atividades desenvolvidas pelos membros da CPLP que mais contribuem para o desenvolvimento de um pensamento comum em segurança e defesa. Prioridade de importância. **Indicadores 3C e 3F**

1. Intercâmbio militar (ensino, doutrina).
2. Exercício FELINO.
3. Reunião de Ministros da defesa.
4. Criação do Colégio de Defesa da CPLP.



Apêndice F — Conceitos

Este apêndice apresenta um conjunto de conceitos que são importantes para um maior entendimento deste trabalho.

Organizações Internacionais podem ser definidas como sendo associações voluntárias de Estados constituindo uma sociedade, criada por um tratado, com a finalidade de buscar interesses comuns através de uma permanente cooperação entre os seus membros (Seitenfus, 2005, p. 32).

De acordo com o escrito na Estratégia de Defesa Nacional do Brasil (2018), **Segurança** é a condição que permite a um País preservar sua soberania e integridade territorial, promover os seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício dos respetivos direitos e deveres constitucionais. A **Defesa** é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

Não há um conceito definido sobre **Pensamento Comum**, dessa forma, recorre-se a conceitos afins que possam definir este termo. Logo, define-se como processo estratégico, no contexto de necessidades e interesses das nações, que busca-se uma conjugação para a plena integração como forma de superação de limitações e garantir uma mais ampla projeção internacional (Vale & Lopes, 2010). Uma outra definição é que o **Pensamento Comum** em Segurança e Defesa é atingido quando a compreensão dos diferentes pontos de vista e peculiaridades regionais contribuem para a formação e/ou consolidação desta temática no seio da Comunidade (Veloso, 2008, p. 144). Acrescenta-se que, segundo Angeloni (2003, p. 20), o estabelecimento de um **Pensamento Comum** consiste em considerar o ponto de vista de cada um, para que as decisões tomadas nas organizações tenham um nível de qualidade superior. O processo decisório passa então do nível individual para o nível de coletivo.

Em determinadas ocasiões desta pesquisa citou-se a necessidade de estabelecimento de um **Estratégia**, dessa forma, ela pode ser percebida como a ciência e arte de, à luz dos fins de uma organização, estabelecer e hierarquizar objetivos e gerar, estruturar e utilizar recursos, tangíveis e intangíveis, a fim de se atingirem aqueles objetivos, num ambiente admitido como conflitual ou competitivo (Couto, 1988).